

Aula 08 - Parte 2 - Prof. Fernando Pedrosa

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Legislação - 2025
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa
Lopes, Tulio Lages, Bruno
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**
07 de Junho de 2025
Manzato Moises

TJ/PR – REGIMENTO INTERNO – PARTE 2

Sumário

Análise Estatística	3
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	3
Introdução	3
LIVRO III - TÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL	3
LIVRO III - TÍTULO II - DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL	6
LIVRO III - TÍTULO III - DO PROTOCOLO, DO REGISTRO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS FEITOS	9
LIVRO III - TÍTULO IV - DO PREPARO E DA DISTRIBUIÇÃO	11
LIVRO III - TÍTULO V - DO RELATOR, DO REVISOR E DA VINCULAÇÃO	14
LIVRO III - TÍTULO VI - DO JULGAMENTO	16
LIVRO IV - TÍTULO I - DAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA	27
LIVRO IV - TÍTULO II - DOS INCIDENTES	33
LIVRO IV - TÍTULO III - DO PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEDERAL	37
LIVRO IV - TÍTULO IV - DO PEDIDO DE EXPLICAÇÕES EM JUÍZO	38
LIVRO IV - TÍTULO V - DAS REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO À FAZENDA PÚBLICA	38
LIVRO IV - TÍTULO VI - DA CORREIÇÃO PARCIAL	39
LIVRO IV - TÍTULO VII - DOS RECURSOS	39
LIVRO IV - TÍTULO VIII - DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA	40
Aposta estratégica	42
Questões Comentadas	43
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	45
Perguntas	46



Perguntas com respostas.....	47
Lista de Questões	49



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Devido à alta especificidade deste assunto, ainda não há um conjunto de questões grande o suficiente para se realizar uma análise estatística relevante.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Introdução

Vamos continuar o estudo do Regimento Interno do TJ/PR a partir do Livro III. Essa é a segunda parte de um total de três partes sobre o RI.

Aviso importante:

O **Regimento Interno do TJPR** é um documento **extenso e de redação altamente técnica**, contendo **mais de 400 artigos** organizados em diversos títulos, capítulos e seções. Sua linguagem é, em geral, **formal, densa e voltada à prática institucional interna do Poder Judiciário**.

Por esse motivo, esta aula tem como **objetivo central resumir os principais dispositivos** do regimento, oferecendo uma **visão geral esquematizada, clara e acessível**, sem prejuízo do rigor conceitual e jurídico. A proposta é **facilitar a compreensão do conteúdo** por meio de explicações didáticas, esquemas visuais e organização lógica, sempre respeitando a estrutura e os fundamentos legais do documento original.

LIVRO III - TÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I - DO EXPEDIENTE

Art. 128

Este artigo estabelece uma diretriz bastante concreta sobre a organização física da alta cúpula do Tribunal de Justiça. Cada autoridade — incluindo a Presidência, Vice-Presidências, Corregedorias, Ouvidoria e os próprios Desembargadores — deve dispor de um gabinete exclusivo para despacho. A razão disso é evidente: trata-se de preservar a autonomia e a discricionariedade no exercício das funções administrativas e jurisdicionais.



Já o parágrafo único amplia essa lógica às Comissões Permanentes, que, embora possam compartilhar espaços, também devem contar com salas próprias. Essa estrutura favorece não só o sigilo, mas também a agilidade nos trabalhos internos. Em termos práticos, é como garantir a cada setor do Tribunal o seu “ambiente de operação”, respeitando o princípio da especialização.

Art. 129

Aqui temos um detalhe que parece simples, mas é bastante revelador: o horário de expediente dos membros da cúpula é o mesmo dos demais servidores. O artigo promove, ainda que de forma implícita, uma ideia de igualdade institucional no cumprimento de jornada. Não se trata de mera formalidade, mas de um alinhamento com a ética pública. Afinal, é difícil cobrar compromisso de servidores quando as lideranças não dão o exemplo.

Art. 130

Durante o expediente, os dirigentes devem estar acessíveis ao público — seja para audiências formais ou tratativas institucionais. E há um critério importante: a ordem cronológica de comparecimento. Essa regra, além de organizada, tenta evitar privilégios velados. É um tipo de norma que remete ao espírito republicano: o primeiro a chegar, é o primeiro a ser atendido. Algo simples, mas fundamental para a transparência no contato com o jurisdicionado e com os advogados.

CAPÍTULO II – DOS ATOS E DOS TERMOS

Art. 131

Este é um artigo técnico, mas de grande relevância para quem pretende entender como o Tribunal formaliza suas decisões. Cada órgão ou autoridade emite atos sob formas específicas: o Pleno e o Órgão Especial usam acórdãos, súmulas, resoluções e assentos; as câmaras, acórdãos; o Presidente, por sua vez, utiliza decretos judiciais, portarias, decisões etc.

É como se cada instância tivesse um “vocabulário jurídico” próprio. Saber distinguir isso é importante não apenas para a interpretação dos atos, mas também para sua correta impugnação. Um advogado atento sabe que a forma do ato pode indicar o seu grau de hierarquia e até seu alcance normativo.

Art. 132

As decisões tomadas em função jurisdicional pelos colegiados devem, sempre, constar em acórdãos. O mesmo vale para certas decisões administrativas que envolvem matérias sensíveis, como sanções disciplinares ou análise de relatórios orçamentários. Aqui o Regimento reforça o papel dos acórdãos como instrumentos de registro solene e transparente de decisões relevantes.

Art. 133

O artigo trata das resoluções do Órgão Especial, destacando que elas devem ser empregadas, por exemplo, em reformas regimentais e propostas de lei. Em termos simbólicos, a resolução representa um ato normativo interno, mas de peso institucional — algo como uma diretriz de autoridade máxima dentro do TJPR.

Art. 134

O provimento é um tipo de ato normativo emitido pela Corregedoria-Geral da Justiça com objetivo de esclarecer ou detalhar a aplicação da lei. Costuma ter uma função pedagógica e orientadora, evitando interpretações desconstruídas no funcionamento da máquina judiciária. Aliás, é comum que



advogados e servidores consultem provimentos para entender procedimentos cartorários ou práticas forenses padronizadas.

Art. 135

Neste artigo, vemos a função dos decretos judiciais, que são de competência do Presidente. Eles abrangem movimentações de magistrados, nomeações, e também decisões financeiras significativas. A lógica aqui é clara: certos atos, pelo impacto institucional que geram, devem ser formalizados de maneira solene e rastreável. O parágrafo único ainda prevê que o Presidente pode submeter a minuta desses decretos ao Órgão Especial, o que reforça o controle coletivo sobre decisões de maior envergadura.

Art. 136 a 138

Aqui, temos uma sequência de definições formais:

- As **decisões** dizem respeito a situações previstas em leis processuais e procedimentos administrativos disciplinares;
- Os **despachos** se referem a atos ordinatórios, isto é, de mero andamento processual;
- As **instruções** servem para orientar condutas públicas gerais — e, quando forem dirigidas a pessoas específicas, tomam a forma de avisos, memorandos ou até comunicação verbal.

Essa diversidade de formas reflete a complexidade do funcionamento institucional: nem tudo precisa virar acórdão ou decreto.

Art. 139 a 141

Aqui, o Regimento impõe prazos objetivos para o andamento de expedientes:

- 10 dias úteis para despacho de andamento;
- 30 dias úteis para decisão final;
- 60 dias úteis para a conclusão total do processo administrativo;
- 48 horas para os servidores executarem atos processuais (salvo exceções).

O rigor desses prazos dialoga com a noção de eficiência administrativa. Em tese, esses dispositivos buscam combater uma chaga antiga do serviço público: a morosidade. Claro, sabemos que a prática nem sempre segue o script, mas o papel da norma é justamente criar o parâmetro.

Art. 142

A publicidade dos atos segue o que determina a legislação, com destaque para o uso de assinaturas digitais e a disponibilização via internet. Aqui, o Regimento reconhece um novo paradigma: o da Justiça digital. Mas também cuida do sigilo: nos feitos protegidos por segredo de justiça, os nomes são substituídos pelas iniciais — uma medida simples, porém eficaz, de proteção da intimidade.

Art. 143

Este artigo trata de um direito fundamental: o de obtenção de certidões. Qualquer pessoa pode requisitar documentos para defesa de direitos ou esclarecimento de situações pessoais. É um dispositivo que dá concretude à ideia de acesso à informação, agora reconhecida como um direito constitucional.

CAPÍTULO III – DA CONSTITUIÇÃO DE PROCURADORES PERANTE O TRIBUNAL



Art. 144

Quando um advogado protocola uma nova procuração em processo eletrônico, a petição deve ser analisada pelo Relator. Isso é especialmente importante se o processo já estiver em pauta: nesse caso, pode ser necessário adiar o julgamento para garantir a intimação adequada das partes.

Veja: isso não é apenas um detalhe burocrático. Imagine um julgamento em que uma parte está representada por um advogado recém-constituído, mas cujo nome não aparece na pauta. Sem a retificação da autuação, esse profissional sequer teria ciência formal da sessão — o que comprometeria a paridade processual.

Além disso, o artigo prevê hipóteses em que, durante a sessão, o advogado protesta por não ter ainda juntado a procuração. Se o Relator deferir, o secretário deverá registrar esse protesto na ata — uma espécie de salvaguarda formal.

Art. 145

Por fim, o Regimento cuida de uma situação corriqueira: o pedido de desistência ou de petições urgentes quando o feito já está pautado. A secretaria, então, deve submeter o caso ao Relator, que decidirá o rumo do processo. Essa regra evita surpresas e assegura que a condução do julgamento siga os princípios da segurança jurídica e do contraditório.

LIVRO III - TÍTULO II - DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL

Art. 146 – Finalidade e estrutura do Diário da Justiça Eletrônico

O Diário da Justiça Eletrônico (DJe) é o veículo oficial de comunicação do Poder Judiciário paranaense. Ele centraliza publicações judiciais e administrativas, tornando-se instrumento essencial para a publicidade e a segurança jurídica.

Não é mais necessário anexar, nos autos, cópia dos atos veiculados via DJe — o que, além de economizar papel, evita retrabalho. Porém, para cada publicação, deve constar uma certidão com informações como: data de veiculação, data da publicação, início do prazo processual e identificação do responsável.

Interessante notar a estrutura em cadeia de responsabilidades: há o **redator**, o **aprovador**, a **unidade produtora** e o **publicador** — funções que envolvem desde a digitação até a assinatura digital. É um sistema pensado para evitar falhas e diluir responsabilidades, mas que, em última instância, exige atenção de todos os envolvidos.

Art. 147 – Veiculação e gratuidade de acesso

O DJe está disponível gratuitamente no site do TJPR e pode ser acessado sem login, o que amplia seu alcance. A veiculação é diária, de segunda a sexta, a partir das 8h, exceto em feriados ou dias sem expediente.



Essa regra, embora burocrática, tem implicações práticas. Um advogado que atua em comarca do interior, por exemplo, precisa acompanhar o DJe com disciplina, pois perder um prazo processual por negligência pode causar prejuízos reais à parte que representa.

Art. 148 – Assinatura digital e segurança jurídica

As edições do DJe são assinadas digitalmente com certificação da ICP-Brasil. Isso assegura a validade jurídica, autenticidade e integridade do documento publicado.

Art. 149 – Data da publicação e início dos prazos

A data da publicação é considerada o primeiro dia útil seguinte ao da veiculação. Os prazos processuais passam a correr no dia útil subsequente à publicação, mesmo que a veiculação tenha ocorrido em feriado municipal.

Essa padronização evita dúvidas interpretativas, especialmente num Estado com mais de 399 municípios e, portanto, com calendários bastante diversos.

Art. 150 – Publicação de editais

Os editais serão publicados gratuitamente no DJe, mas, se a legislação exigir, também devem constar na imprensa local. Nesses casos, o prazo será contado com base na publicação impressa.

Art. 151 – Sistema próprio para envio de matérias

Somente serão aceitas publicações enviadas pelo sistema informatizado próprio do TJPR, obedecendo aos padrões de formatação.

É uma forma de padronizar a produção do conteúdo, evitar problemas técnicos e garantir que a edição final do DJe siga um formato uniforme e funcional.

Art. 152 – Cadastro e responsabilidade pelo acesso

Todos os perfis de acesso ao sistema — redator, aprovador, publicador — devem ter login e senha individuais. A senha é intransferível, e o uso indevido gera responsabilidade direta.

Trata-se de uma prática de segurança comum, inclusive no setor privado, que busca responsabilizar quem detém o poder de publicação no sistema.

Art. 153 – Fechamento e assinatura do DJe

O sistema fecha as matérias aprovadas às 16h. Após esse horário, entre 17h e 19h, o publicador ou seu substituto assina digitalmente a edição.

Art. 154 – Imutabilidade do DJe após assinatura

Uma vez assinado, o DJe não pode mais ser alterado. Retificações só podem ser feitas em nova edição. O Departamento de Informática também deve manter cópias de segurança.



Art. 155 – Responsabilidade do aprovador

O aprovador responde integralmente pelo conteúdo das publicações. Caso aprove matéria incorreta ou fraudulenta, pode ser responsabilizado administrativa, civil e penalmente.

A norma é clara: o Centro de Documentação não revisa o conteúdo. Portanto, o controle de qualidade é descentralizado e repousa sobre a unidade produtora.

Art. 156 – Retificações com efeito de intimação

Erros relevantes na publicação podem ser corrigidos de ofício ou mediante pedido ao relator. O prazo para requerer retificação é de cinco dias.

O artigo lista situações específicas, como erro no nome da parte ou do advogado, número do processo ou truncamento do texto. Em todos esses casos, a correção é essencial para garantir a validade do ato e o direito das partes.

Art. 157 – Direitos autorais e proibição de comercialização

O TJPR mantém os direitos autorais sobre o DJe. É permitida a impressão, mas sua venda ou reprodução comercial depende de autorização da Presidência.

Art. 158 – Casos omissos e competência complementar

Casos não previstos serão resolvidos pela Presidência do TJPR. A Corregedoria-Geral também poderá expedir atos administrativos para garantir o funcionamento adequado do sistema.

CAPÍTULO II – DO SISTEMA MENSAGEIRO E DO MALOTE DIGITAL

Art. 159 – Comunicação interna por meios eletrônicos

O TJPR utiliza dois sistemas principais de comunicação interna: o Mensageiro, voltado à troca de mensagens entre usuários, e o Malote Digital, destinado à comunicação entre unidades organizacionais. Ambos são de uso obrigatório em dias úteis.

Essa estrutura cria um canal de comunicação oficial e rastreável, eliminando a informalidade e contribuindo para a segurança administrativa.

Art. 160 – Prioridade do meio eletrônico e exceções

Como regra, as comunicações devem ser eletrônicas. Somente em casos urgentes ou de inviabilidade técnica admite-se o uso do meio físico.

Documentos digitais com assinatura válida têm valor de original, e os extraídos podem ser certificados como cópias fiéis. O artigo reforça a confiança institucional no meio eletrônico, afastando a ideia de que ele seria uma alternativa “menos válida”.



Art. 161 – Leitura como marco da comunicação

A comunicação é considerada realizada quando o destinatário lê a mensagem, sendo registrado o dia e a hora. Se a leitura ocorrer em dia não útil, considera-se feita no primeiro dia útil seguinte.

Isso evita abusos e manobras. Ainda, se a comunicação tiver prazo, a leitura fora do expediente não adia a contagem — que começará normalmente no dia útil posterior.

Art. 162 – Intimações eletrônicas a magistrados e servidores

As intimações aos magistrados e servidores são feitas exclusivamente via Mensageiro. Elas são consideradas pessoais e devem ser lidas em até 10 dias corridos, sob pena de se considerarem automaticamente realizadas.

LIVRO III - TÍTULO III - DO PROTOCOLO, DO REGISTRO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS FEITOS

CAPÍTULO I – DO PROTOCOLO

Art. 163 – Formas de protocolo no Tribunal de Justiça

O protocolo é a porta de entrada dos feitos no Tribunal. Aqui, o artigo apresenta um leque de possibilidades, refletindo a diversidade de meios pelos quais as partes podem ingressar com documentos. O mais comum, hoje, é o **processo eletrônico via Projudi**, mas o Regimento mantém também hipóteses para documentos físicos — o que é coerente com a realidade de muitas comarcas em transição digital.

No caso de processos físicos, o protocolo pode ocorrer diretamente no TJPR, nas comarcas de origem (nos casos de protocolo descentralizado), por carta registrada com AR ou mesmo via fax — sim, fax ainda é mencionado, embora esteja cada vez mais raro na prática forense.

Os parágrafos complementam a ideia de descentralização. Comarcas de entrância inicial e intermediária, por exemplo, funcionam como pontos de protocolo para o TJPR, o STF e o STJ. Nas de entrância final, o serviço é específico e interno. O convênio com os Correios permite o uso do protocolo postal, que, apesar de parecer arcaico, ainda é útil em regiões remotas. Por fim, há uma referência expressa à exigência do **art. 1.003, § 4º, do CPC**, reforçando que mesmo o envio por carta registrada deve respeitar prazos processuais.

CAPÍTULO II – DO REGISTRO E DA CLASSIFICAÇÃO DOS FEITOS



Art. 164 – Registro sequencial e dados obrigatórios

Este artigo trata do momento em que o processo é oficialmente registrado no sistema do Tribunal. Após verificada a competência do TJPR para julgar a demanda, o processo recebe um número sequencial, sem distinção inicial de classe. Essa sequência facilita a organização interna e evita duplicidades.

O texto também lista os dados que devem constar no registro. Além das informações básicas — partes, advogados, origem do feito — há exigência de dados como CPF, CNPJ e e-mails, sempre que disponíveis. A norma ainda reforça a importância de **registrar prioridades**, como nos casos de idosos, pessoas com deficiência ou portadores de doenças graves. Essa anotação permite que os processos tramitem com maior agilidade, honrando o princípio da dignidade da pessoa humana. Em tempos de envelhecimento populacional, por exemplo, essa prioridade se torna mais do que uma formalidade: trata-se de uma resposta prática a uma demanda social crescente.

Art. 165 – Procedimento para requerer prioridade na tramitação

Se o processo envolve parte que tenha direito à prioridade — por idade, deficiência ou condição de saúde — é necessário fazer o requerimento formal ao relator. No entanto, há variações conforme o momento processual: antes da distribuição, o pedido vai ao 1º Vice-Presidente; depois da distribuição, ao relator da causa.

O artigo também prevê uma economia processual interessante: se a prioridade já tiver sido reconhecida no primeiro grau, não é necessário renovar o pedido. Isso evita retrabalho e garante mais celeridade, especialmente útil em ações repetitivas, como demandas previdenciárias ou de saúde pública.

Art. 166 – Alteração de registro por mudança de tipo recursal ou competência

Este dispositivo lida com situações em que o órgão julgador, ao analisar o processo, entende que o recurso foi interposto sob nomenclatura incorreta — por exemplo, um agravo que deveria ser apelação, ou vice-versa.

Quando isso acontece, o registro deve ser alterado para refletir a nova realidade processual. E se a mudança implicar alteração de competência interna (por exemplo, de uma câmara criminal para uma cível), o feito será redistribuído. Essa norma garante que os dados estejam alinhados à real natureza do processo — o que evita distorções estatísticas e problemas de tramitação.

Art. 167 – Observância às Tabelas Processuais Unificadas do CNJ

A autuação e o registro devem seguir os padrões estabelecidos pelo CNJ, por meio do Sistema de Gestão das Tabelas Processuais Unificadas. Esse detalhe técnico tem impacto direto na gestão nacional do Judiciário. Quando todos os tribunais seguem a mesma classificação, é possível comparar dados, elaborar estatísticas confiáveis e formular políticas públicas com base em evidência.

Para quem atua na prática, esse alinhamento também ajuda. Imagine um advogado que milita em diferentes Estados: ao encontrar nomenclaturas e classificações padronizadas, sua adaptação ao sistema local é muito mais rápida. Isso mostra como o Regimento está sintonizado com diretrizes nacionais de governança e interoperabilidade.



LIVRO III - TÍTULO IV - DO PREPARO E DA DISTRIBUIÇÃO

CAPÍTULO I – DO PREPARO

Art. 168 – Documentos exigidos no momento da distribuição

Quando um processo de competência originária é distribuído no Tribunal, é necessário apresentar dois elementos básicos: a guia do pagamento das custas e o instrumento de mandato conferido ao advogado. Caso não estejam presentes — e não se trate de uma das exceções do CPC —, isso é certificado e os autos seguem ao relator.

A lógica é simples: não se pode admitir que o processo ande sem que a parte tenha demonstrado legitimidade processual (via advogado) e cumprido as obrigações fiscais iniciais. Contudo, se houver pedido de gratuidade de justiça, o processo segue normalmente, e o relator decidirá sobre o deferimento ou não do benefício. Isso evita o engessamento da tramitação e respeita o princípio da inafastabilidade do Judiciário.

Art. 169 – Regras gerais de preparo

O preparo compreende o pagamento das taxas e custas necessárias para que o processo possa ser analisado. Nos recursos de primeiro grau, ele deve observar os artigos 1.007 e seguintes do CPC. Já em ações originárias, agravos de instrumento e recursos aos tribunais superiores, o preparo será feito perante o TJPR, conforme a legislação específica.

Aqui é importante lembrar que o preparo é um “freio” natural contra a litigância abusiva. Ele não é uma penalidade, mas um compromisso com a máquina judiciária — que precisa ser sustentada, ao menos em parte, pelos próprios usuários.

Art. 170 – Forma de comprovação do preparo

A comprovação do preparo se dá por meio de guia de recolhimento emitida e juntada aos autos. Essa formalidade confere segurança e permite o controle administrativo.

É o tipo de detalhe técnico que parece burocrático, mas que evita problemas maiores. Já houve casos em que a ausência de um código bancário na guia impediu o trâmite de um processo, o que mostra como o cuidado com as formalidades continua sendo necessário, mesmo na era digital.

Art. 171 – Gratuidade de justiça no âmbito do Tribunal

Cabe ao relator analisar o pedido de gratuidade da justiça quando este for formulado no Tribunal. Se o benefício já tiver sido concedido na instância anterior, basta registrar essa condição na autuação — não sendo necessário novo exame.

Esse artigo garante coerência procedimental e evita retrabalho, além de respeitar a situação financeira das partes que já obtiveram o benefício no juízo de origem.



Art. 172 – Hipóteses de isenção de preparo

O Regimento detalha, de maneira bastante didática, quais processos não exigem o pagamento de custas. A lista inclui, entre outros: remessas necessárias, recursos do Ministério Público, Defensoria e entes públicos, habeas corpus, habeas data, ações constitucionais, embargos de declaração, e processos sob gratuidade.

Isso tudo reflete o entendimento de que determinadas ações têm um caráter mais estrutural ou urgente, e que seu processamento não pode ser condicionado a pagamento. É o caso, por exemplo, dos habeas corpus, que, por envolverem liberdade, têm tramitação gratuita e célere — como se espera de uma jurisdição comprometida com direitos fundamentais.

Art. 173 – Encaminhamento à distribuição após verificação do preparo

Uma vez verificado o preparo — ou sua isenção —, os autos são remetidos à distribuição. Trata-se de um procedimento simples, mas que marca a transição entre o protocolo inicial e a definição do relator.

Art. 174 – Consequência da ausência de preparo (deserção)

Se o preparo não for realizado, o recurso será considerado deserto, ou seja, inadmissível. Essa declaração pode ser feita pelo 1º Vice-Presidente (quando se trata de recurso aos tribunais superiores), pelo próprio relator ou pelo órgão colegiado.

Entretanto, essa decisão não é definitiva de imediato: cabe agravo interno contra ela. Essa possibilidade de recurso interno garante um mínimo de revisão e evita que falhas formais terminem prematuramente discussões relevantes.

CAPÍTULO II – DA DISTRIBUIÇÃO

Art. 175 – Distribuição eletrônica e aleatória dos processos

A distribuição no TJPR é feita por sorteio eletrônico, de maneira aleatória e uniforme dentro de cada classe processual. Esse método assegura a imparcialidade da escolha do relator e evita direcionamentos indevidos.

Contudo, em situações urgentes — como habeas corpus ou mandado de segurança —, a distribuição é imediata, sem aguardar a rotina regular do sistema. Se o sistema estiver fora do ar, utiliza-se um livro próprio, com supervisão da Vice-Presidência.

Além disso, há regras para a **homologação automática da distribuição**, para o sigilo dos nomes em casos sob segredo de justiça, e para a correta identificação do relator, revisor e advogados. Em suma, o sistema é desenhado para ser confiável, transparente e auditável.

Art. 176 – Classificação dos feitos por matéria

Esse artigo organiza as classes de feitos em três grandes áreas: Cível, Criminal e Especiais.



No campo cível, temos desde habeas corpus (sim, também há habeas corpus cível!) até medidas cautelares e ações constitucionais. No criminal, a variedade é igualmente ampla — de queixas e inquéritos até revisões criminais e exceções processuais. Há ainda um grupo específico para processos administrativos e representações.

Essa categorização ajuda tanto na triagem inicial quanto na análise estatística dos tipos de demanda que chegam ao Tribunal. É uma forma de enxergar o Judiciário como um sistema, e não apenas como uma série de julgamentos isolados.

Classe	Tipos de Feitos
Cível	Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Habeas Data, Mandado de Injunção, Conflito de Competência, Agravo de Instrumento, Ação Rescisória, Embargos à Execução, Correição Parcial, Apelação, Remessa Necessária, Medida Cautelar Preparatória, Arguição de Impedimento ou de Suspeição, Pedido de Intervenção, Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade, Pedido de Concessão de Efeito Suspensivo em Apelação, Pedido de Tutela Provisória Incidental, Incidente de Assunção de Competência, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Crime	Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Habeas Data, Ação Penal, Queixa-Crime, Representação, Inquérito Policial, Apelação, Recurso de Ofício, Recurso em Sentido Estrito, Conflito de Competência, Carta Testemunhável, Revisão Criminal, Embargos Infringentes, Desaforamento, Dúvida de Competência, Recurso de Agravo, Exceção de Suspeição, Exceção de Impedimento, Exceção da Verdade, Correição Parcial, Interpelação Criminal, Autos de Conselho de Justificação, Autos de Investigação Criminal, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Incidente de Assunção de Competência
Especiais	Processo Administrativo, Recurso contra Decisão do Conselho da Magistratura, Notificação Judicial, Procedimento Especial de Reexame de Súmula, Representação, Reclamação

Art. 177 – Regras de distribuição alternada e compensações

A distribuição dos processos é obrigatória e segue o critério da alternância, para manter o equilíbrio entre os gabinetes. Se o relator sorteado estiver impedido ou for considerado suspeito, outro será sorteado dentro do mesmo órgão, com posterior compensação.

Há regras especiais para desembargadores prestes a se aposentar: eles deixam de receber novas distribuições nos últimos 60 dias. Também se prevê o que fazer em caso de aposentadoria voluntária. O objetivo é não sobrecarregar quem está de saída e garantir continuidade nos julgamentos.

Art. 178 – Prevenção de relatoria e conexões processuais

Este artigo trata do princípio da prevenção: uma vez sorteado, o relator se torna competente para todos os demais recursos e incidentes relacionados ao mesmo processo — tanto na fase de conhecimento quanto na execução.

Além disso, casos conexos ou decorrentes de ações originárias já relatadas também devem ser distribuídos ao mesmo relator. A ideia aqui é evidente: garantir coerência, evitar decisões contraditórias e respeitar a lógica do processo.



O artigo também disciplina o que acontece em caso de afastamento do relator, de redistribuição por mudança de câmara, ou de julgamento vencido — nestes casos, há diretrizes para manter a vinculação do feito com o novo responsável.

Art. 179 – Encaminhamento e correção da distribuição

Após a distribuição, os autos são encaminhados ao gabinete do relator com um termo de conclusão. Se este considerar que houve erro na distribuição — por exemplo, se não se respeitou a especialização da câmara —, poderá determinar nova redistribuição.

Caso haja divergência, o novo relator pode consultar o 1º Vice-Presidente, cuja decisão vinculará ambos. Esse mecanismo serve como válvula de segurança para evitar erros materiais que poderiam comprometer a legalidade da tramitação.

Art. 180 – Regras para relatoria em ações com julgamento anterior

Em alguns tipos de processos — como embargos infringentes, ações rescisórias ou revisões criminais —, deve-se evitar nova distribuição a desembargador que tenha participado de julgamento anterior, se possível.

Isso visa preservar a imparcialidade. Afinal, é pouco razoável imaginar que o mesmo julgador que já decidiu possa, em nova função, revisar ou corrigir sua própria decisão anterior.

Art. 181 – Destinação de processos em caso de vacância do cargo

Quando um cargo de desembargador fica vago, os processos pendentes são transferidos ao novo ocupante, independentemente da câmara para a qual foi designado. Isso evita a dispersão de feitos e facilita a continuidade da prestação jurisdicional.

Se o cargo for preenchido por juiz substituto que já atuava no lugar, ele permanece vinculado aos processos que já havia recebido. O Presidente do TJ deve, ainda, designar imediatamente um novo substituto sempre que surgir uma vacância, garantindo que não haja lacuna no fluxo da jurisdição.

LIVRO III - TÍTULO V - DO RELATOR, DO REVISOR E DA VINCULAÇÃO

CAPÍTULO I – DO RELATOR E DO REVISOR

Art. 182 – Atribuições do Relator

O artigo 182 apresenta uma verdadeira constelação de competências atribuídas ao relator — figura central na dinâmica decisória de um tribunal. De modo geral, cabe a ele conduzir o processo sob sua responsabilidade, desde os atos iniciais até o julgamento. Isso inclui a elaboração do relatório, a



condução das diligências, a análise de liminares e até decisões monocráticas em situações bem delimitadas.

A amplitude dessas funções demonstra como o relator não é apenas um “contador da história” do processo, mas também um gestor de sua tramitação. Por exemplo, ao analisar um habeas corpus, ele pode suspender liminarmente os efeitos de uma decisão que restringe a liberdade do paciente, mesmo antes do julgamento colegiado. Isso revela a confiança institucional que se deposita nessa figura.

Outro aspecto interessante é a possibilidade de negar monocraticamente recursos contrários à jurisprudência consolidada (como em súmulas ou repetitivos). É uma medida que confere celeridade sem sacrificar segurança jurídica. Mas atenção: esse poder deve ser exercido com critério, para não suprimir o contraditório nem o pluralismo que a atuação colegiada busca preservar.

Art. 183 – Função do Revisor na matéria criminal

Já o revisor, quando previsto (geralmente em matéria criminal com pena mais grave), atua como uma espécie de “dupla checagem” do relator. Ele pode complementar o relatório, sugerir providências ou pedir o julgamento. O objetivo, claramente, é reforçar a qualidade e a correção da decisão.

Apesar de parecer um papel secundário, o revisor tem impacto relevante. Imagine um caso de grande repercussão penal: a revisão cuidadosa pode detectar omissões ou injustiças que passariam despercebidas se houvesse apenas um olhar.

Art. 184 – Encaminhamento para julgamento

Quando o relator considera que o processo está pronto para julgamento, ele lança o visto e o encaminha para pauta. Mas há exceções importantes: habeas corpus, correições parciais e embargos de declaração, por exemplo, podem ir direto à mesa de julgamento, sem necessidade de inclusão formal em pauta.

Art. 185 – Hipóteses de revisão obrigatória

A revisão é obrigatória em três casos clássicos: apelações criminais com pena de reclusão, revisões criminais e embargos infringentes. Esses são, em geral, processos com peso significativo, seja pela gravidade da matéria, seja pelo impacto institucional.

Art. 186 – Critério para designação do Revisor

O revisor é definido com base na antiguidade relativa ao relator. Se este for o mais novo do colegiado, o revisor será o mais antigo. Trata-se de uma regra objetiva, que busca evitar preferências pessoais e assegurar a rotatividade das funções dentro dos órgãos julgadores.

CAPÍTULO II – DA VINCULAÇÃO

Art. 187 – Vinculação do julgador ao feito

Uma vez que o relator ou o revisor tenha lançado visto nos autos, estão automaticamente vinculados ao julgamento, mesmo que venham a se afastar posteriormente. Isso garante continuidade e evita dispersão de entendimento.



A vinculação tem nuances interessantes: se o julgamento já começou, os votos já proferidos são mantidos. Um novo magistrado só será convocado se surgir uma nova questão que exija decisão inédita — e, mesmo assim, votará apenas sobre esse ponto.

Vale destacar que o artigo também aplica aos juízes substitutos em segundo grau as mesmas regras de vinculação — o que reforça a uniformidade do tratamento no tribunal.

Art. 188 – Impedimento por ascensão a cargo diretivo

O desembargador que se torna Presidente, Vice, Corregedor ou Ouvidor deixa de intervir em processos nos quais atuava como relator ou revisor — mesmo que já tivesse lançado visto. Essa norma resguarda a imparcialidade e a isenção que se exige dos ocupantes de cargos diretivos.

É uma previsão que, à primeira vista, pode parecer estranha, mas ela se alinha a um valor essencial: não se deve acumular funções técnico-jurisdicionais com funções político-administrativas, quando essas puderem interferir entre si.

LIVRO III - TÍTULO VI - DO JULGAMENTO

Art. 189 – Publicação da Pauta de Julgamento

Este artigo estabelece que, salvo exceções específicas, os processos devem ser incluídos em pauta com antecedência mínima de cinco dias antes da sessão de julgamento.

Art. 190 – Conteúdo da Pauta de Julgamento

A pauta deve conter todos os processos prontos para julgamento, iniciando-se, nas sessões presenciais, pelos que foram adiados anteriormente.

Art. 191 – Elaboração da Pauta e Antiguidade dos Feitos

Cada sessão terá sua própria pauta, respeitando a antiguidade dos processos dentro da mesma classe.

A antiguidade é contada a partir da data de recebimento do processo no Tribunal, priorizando a celeridade processual.

Art. 192 – Adiamento de Julgamentos

Se houver suspensão de expediente ou outro motivo relevante após a publicação da pauta, os processos serão adiados e incluídos em nova pauta com prévia publicação, salvo exceções previstas no Regimento.

Art. 193 – Divulgação das Pautas

As pautas devem ser afixadas na entrada da sala de julgamento 30 minutos antes do início da sessão e encaminhadas aos desembargadores e juízes com pelo menos três dias de antecedência.



Caso todos os advogados estejam presentes, eventuais falhas na publicação da pauta não impedem o julgamento.

Art. 194 – Substituição de Relator ou Revisor

Se houver substituição do relator ou revisor, é necessária nova publicação da pauta.

Art. 195 – Identificação dos Feitos na Pauta

A pauta deve identificar claramente o processo a ser julgado, mencionando o nome das partes, sua posição no processo, os respectivos advogados, o relator e, quando aplicável, o revisor.

Art. 196 – Ordem de Preferência dos Processos

Os processos incluídos na pauta seguem uma ordem de preferência, diferenciando entre matérias cíveis e criminais.

Por exemplo, no âmbito cível, habeas corpus e mandados de segurança têm prioridade, enquanto no criminal, habeas corpus e recursos correlatos são julgados primeiro.

Ordem de Preferência na Pauta	Classe Cível	Classe Criminal
1	Habeas Corpus	Habeas Corpus e Recurso de Habeas Corpus
2	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência
3	Mandado de Segurança	Mandado de Segurança
4	Mandado de Injunção	Habeas Data
5	Habeas Data	Embargos de Declaração
6	Ação Direta de Inconstitucionalidade	Desaforamento
7	Ação Declaratória de Constitucionalidade	Exceção de Suspeição ou de Impedimento
8	Arguição de Inconstitucionalidade	Recurso de Ofício e Recurso em Sentido Estrito
9	Pedido de Intervenção	Recurso de Agravo
10	Arguição de Suspeição ou de Impedimento	Agravo Regimental
11	Embargos de Declaração	Apelação
12	Agravo Regimental	Revisão Criminal
13	Agravo Interno	Conflito de Competência
14	Arguição de Incompetência	Medida Cautelar
15	Tutela Cautelar de Urgência ou de Evidência em Procedimento Cautelar	Carta Testemunhável
16	Embargos à Execução de Acórdão	Embargos Infringentes e de Nulidade



17	Agravo de Instrumento	Correição Parcial
18	Apelação	Denúncia ou Queixa
19	Remessa Necessária	Inquérito Policial
20	Correição Parcial	Ação Penal
21	Ação Rescisória	Representação Criminal
22	Reclamação	Notícia-Crime
23	Demais Feitos	Pedido de Providência
24		Exceção da Verdade
25		Autos de Conselho de Justificação
26		Demais Feitos

Art. 197 – Distribuição de Peças aos Vogais

Em ações como declaratória de constitucionalidade, direta de inconstitucionalidade, rescisória, penal originária e mandado de segurança originário, o serviço competente deve remeter aos desembargadores vogais cópia do relatório e do parecer da Procuradoria-Geral de Justiça.

Além disso, as partes podem fornecer cópias de suas razões para distribuição aos vogais, promovendo o contraditório e a ampla defesa.

Art. 198 – Sustentação Oral em Sessões Virtuais

Nos processos incluídos em pauta de sessão virtual, o pedido de sustentação oral ou de acompanhamento deve ser realizado eletronicamente, via Sistema Projudi, até cinco dias úteis antes do início da sessão.

Nesses casos, o processo será retirado da pauta virtual e incluído em sessão presencial, seja nas dependências do Tribunal ou por videoconferência.

Art. 199 – Sustentação Oral em Sessões Presenciais

Para processos incluídos em sessões presenciais, os pedidos de sustentação oral e de acompanhamento devem ser formulados até o horário previsto para o início da sessão, pessoalmente ou eletronicamente.

Se a sessão presencial for por videoconferência, o pedido deve ser feito eletronicamente até 24 horas antes do início da sessão.

Art. 200 – Prioridade dos Pedidos Eletrônicos

Pedidos de sustentação oral e de acompanhamento feitos eletronicamente, via Sistema Projudi, dispensam confirmação presencial e têm prioridade sobre os formulados pessoalmente.

O Tribunal disponibiliza, por meio de link no Sistema Projudi, a relação das sustentações orais cadastradas, sendo responsabilidade dos advogados acompanhar e estar presentes no momento da chamada do processo.



Art. 201 – Sustentação Oral por Terceiros Interessados

Em incidentes de resolução de demandas repetitivas, terceiros interessados, conforme o art. 984, inc. II, “a”, do Código de Processo Civil, devem solicitar sustentação oral por meio de petição ao relator, com antecedência de dois dias.

Art. 202 – Ordem dos Julgamentos

Este artigo determina a sequência padrão dos julgamentos nas sessões do Tribunal. Primeiro, são apreciados os habeas corpus levados “em mesa”, ou seja, independentemente de estarem previamente pautados. Em seguida, vêm os processos incluídos na pauta, com prioridade para os que haviam sido adiados por pedido de vista. Por fim, são julgados os feitos que não necessitam de publicação.

Essa estrutura busca otimizar os trabalhos e dar vazão a processos urgentes ou pendentes de sessões anteriores. É um bom exemplo de como a técnica e a organização impactam diretamente a efetividade da prestação jurisdicional.

Art. 203 – Alteração da Ordem da Pauta

Aqui se reconhece que a ordem da pauta pode, sim, ser ajustada em certas hipóteses. Por exemplo, quando o relator ou revisor precisa se ausentar da sessão, ou quando há risco de prescrição ou extinção iminente do direito discutido. Também se admite alteração quando houver pedido de sustentação oral ou quando múltiplos processos estiverem em idêntica situação.

O parágrafo 1º dá especial atenção à ordem dos pedidos de sustentação, priorizando advogadas gestantes, lactantes, adotantes ou que deram à luz, além de advogados idosos ou com deficiência. É uma previsão de sensibilidade institucional importante, que dialoga com a ideia de acesso digno à Justiça.

Art. 204 – Hipóteses de Adiamento

Este dispositivo elenca situações em que o julgamento poderá ser adiado por iniciativa do Presidente da sessão. Dentre os motivos estão: dúvidas manifestadas pelo relator, tentativa de acordo entre as partes, pedidos de desistência ou questões administrativas, como licenças e férias.

Vale destacar que o §1º permite que o processo adiado figure automaticamente na pauta da próxima sessão, sem nova publicação, desde que essa inclusão seja expressamente mencionada em ata. Esse mecanismo evita atrasos e burocracia desnecessária.

Art. 205 – Preferência de Julgamento após Pedido de Vista

Quando um julgamento é suspenso por pedido de vista e remarcado para a sessão presencial seguinte, ele ganha prioridade sobre os demais feitos. Isso reforça a ideia de continuidade processual e evita que o processo seja empurrado indefinidamente.



Art. 206 – Retirada de Pauta

Processos que não estiverem prontos para julgamento podem ser retirados de pauta por ordem do Presidente da sessão. Essa previsão garante que não se julgue apressadamente um processo mal instruído ou com documentação pendente.

Art. 207 – Registro em Ata das Modificações

Este artigo obriga que a ata da sessão registre todos os eventos relevantes, como adiamentos, suspensões e reinclusões de pauta. Isso assegura transparência, serve como fonte de consulta e evita conflitos sobre o que efetivamente foi deliberado.

Art. 208 – Abertura da Sessão e Anúncio da Pauta

O início da sessão se dá com a leitura da ata anterior. Em seguida, o Presidente anuncia a pauta e eventuais pedidos de preferência ou adiamento. Os julgadores devem declarar impedimentos ou suspeições desde o começo da sessão, possibilitando a recomposição do quórum.

Esse rito evita surpresas e assegura a lisura dos julgamentos. Vale lembrar que, se o relator antecipa seu voto, a parte pode desistir da sustentação oral — um gesto que, na prática, economiza tempo e evita intervenções desnecessárias.

Art. 209 – Uso da Palavra pelo Advogado

Os advogados devem solicitar a palavra após a leitura do relatório para fazer uso da tribuna e realizar sustentação oral. É exigido o uso de vestes talares, reforçando o tom solene da ocasião. O parágrafo único cuida do primeiro uso da palavra, exigindo apresentação da carteira da OAB para identificação.

Art. 210 – Prazos para Sustentação Oral

Este dispositivo detalha os prazos para sustentação oral, variando conforme o tipo de processo. A título de exemplo:

- Em ações penais originárias: 1 hora para acusação e 1 hora para cada réu;
- Em incidentes como IRDR e IAC: 30 minutos para cada parte;
- Na maioria dos demais feitos relevantes: 15 minutos;
- Em recursos menores, como agravos: 10 minutos.

Os parágrafos tratam de situações como litisconsórcio e intervenções de terceiros, dobrando ou repartindo prazos conforme a representatividade dos advogados.

Art. 211 – Esclarecimentos Durante o Julgamento

Após a sustentação oral, o advogado pode pedir para juntar um esquema-resumo da defesa. Também pode pedir a palavra, pela ordem, para esclarecer algum ponto relevante. Contudo, o uso da palavra depende da concordância do relator, garantindo que a intervenção seja breve e pertinente.



Art. 212 – Manifestação do Ministério Público

O Ministério Público pode intervir no julgamento sempre que houver interesse público, falando após os advogados das partes e com os mesmos prazos. No entanto, se for parte no processo, fala antes do advogado adversário.

Art. 213 – Proibição de Apartes

Durante a fala do representante do Ministério Público ou do advogado, não se permite a interrupção por apartes. Essa norma evita tumultos e garante concentração e respeito à fala.

Art. 214 – Controle do Tempo de Sustentação

Quando restarem apenas dois minutos para o fim do tempo de sustentação, o Presidente avisa o orador. Se o tempo for ultrapassado, a fala é interrompida. Caso haja desrespeito, inclusive com palavras ou gestos impróprios, o Presidente pode determinar a retirada do advogado da sala — algo raro, mas necessário em situações de descontrole.

Art. 215 – Uso Indevido da Palavra

Se o orador desviar o tema, usar linguagem imprópria ou constranger o Tribunal, será chamado à ordem. O Presidente pode até cassar a palavra, em caso de desobediência. No entanto, ressalva-se que críticas fundamentadas e respeitosas à legislação ou à estrutura judiciária não são consideradas impertinentes — uma bela lembrança de que o Judiciário não é imune à crítica democrática.

Art. 216 – Esclarecimentos pelos Desembargadores

Após a fase do relatório e da sustentação oral, o julgamento ainda não está totalmente fechado. Aqui, o artigo abre espaço para os Desembargadores pedirem esclarecimentos sobre qualquer ponto relevante da matéria em discussão. Isso vale tanto para temas jurídicos quanto administrativos.

Essa previsão pode parecer óbvia, mas ela reforça um valor essencial do processo: a busca pela decisão mais justa possível, mesmo que isso implique em retomar aspectos que pareciam já estar resolvidos. Em um julgamento colegiado, essa etapa é crucial para que todos estejam alinhados e decidam com segurança.

Art. 217 – Pedido de Vista e Procedimentos

Esse artigo trata do famoso “pedido de vista”, recurso bastante conhecido — e às vezes até criticado — no meio jurídico. O Desembargador que sentir necessidade de analisar melhor o caso pode pedir vista dos autos, com prazo legal de até 10 dias, prorrogáveis por mais 10. A intenção aqui é evitar decisões precipitadas, principalmente em matérias mais sensíveis ou complexas.

Há mecanismos para garantir que o processo não fique parado indefinidamente, como a possibilidade de convocação de um substituto, caso o prazo não seja cumprido.



Art. 218 – Conversão do Julgamento em Diligência

Imagine que, no meio do julgamento, os julgadores percebam que há um erro formal ou falta uma prova essencial. O artigo 218 permite que o processo seja suspenso para corrigir isso. É o que se chama de conversão do julgamento em diligência.

Trata-se de um ponto importante: não se trata de uma “manobra protelatória”, mas sim de uma válvula de proteção para o próprio julgamento, pois uma decisão tomada com base em elementos incompletos pode gerar nulidades futuras.

Art. 219 – Fato Superveniente ou Questão Nova

Em pleno julgamento, pode surgir uma situação nova — um fato recente, por exemplo, que pode alterar o desfecho da causa. Quando isso ocorre, o julgamento é suspenso para que as partes se manifestem. Porém, se os advogados estiverem presentes e abrirem mão do prazo, é possível resolver a questão ali mesmo.

Esse artigo equilibra bem dois valores: a celeridade e o contraditório.

Art. 220 – Voto do Relator

Encerradas as manifestações das partes, a palavra retorna ao relator. Ele é o primeiro a votar, sem ser interrompido, nem mesmo por apertes. É uma medida de respeito à função de relatoria e também uma forma de garantir clareza na condução dos trabalhos.

Em outras palavras, é o momento de ouvir, sem interrupções, quem estudou o processo mais profundamente.

Art. 221 – Discussão e Fala dos Julgadores

Após o voto do relator, abre-se a fase de discussão. Cada julgador pode se manifestar até duas vezes, podendo falar uma terceira se for para mudar o voto anterior. Isso mostra que o debate é vivo e que a formação do convencimento não precisa ser rígida.

Não há limite de tempo para esses pronunciamentos, mas o bom senso e o papel do Presidente da sessão atuam como moderadores naturais. Em caso de tumulto, inclusive, ele pode suspender os trabalhos — o que, felizmente, é algo raro.

Art. 222 – Ordem de Votação

Encerrada a discussão, o Presidente recolhe os votos dos julgadores, seguindo a ordem decrescente de antiguidade em relação ao relator. Isso evita que os mais novos se sintam constrangidos ou influenciados pelos mais experientes.

É interessante observar que, mesmo que um Desembargador se afaste após iniciar seu voto, ele continuará sendo computado. E há uma regra específica para garantir que só vote quem acompanhou o relatório — o que é bastante razoável.



Art. 223 – Decisão por Maioria de Votos

Aqui o Regimento reafirma um princípio básico do julgamento colegiado: a maioria prevalece. Isso não impede que existam votos vencidos — e eles, inclusive, são essenciais para os recursos. Mas o que vale, em termos práticos, é a posição que obteve o maior número de votos.

Art. 224 – Voto do Presidente

O Presidente só vota em situações específicas: questões constitucionais, administrativas, regimentais ou em caso de empate. Essa economia de votos busca evitar que a autoridade da presidência se sobreponha à lógica colegiada, exceto quando necessário.

Art. 225 – Agravo Regimental

Nesse tipo específico de julgamento, o voto do Presidente é obrigatório. É uma exceção relevante e mostra que, em determinadas matérias recursais internas, a condução do julgamento exige essa participação ativa.

Art. 226 – Quórum nas Câmaras

Cada tipo de Câmara tem seu quórum mínimo definido: cinco magistrados na composição integral e três na isolada. É uma norma que garante tanto representatividade quanto funcionalidade. Menos que isso comprometeria a natureza colegiada; mais que isso, tornaria o julgamento pouco prático.

Art. 227 – Ampliação de Quórum

Quando não há unanimidade em determinadas decisões — como apelação cível ou agravo de instrumento com julgamento parcial do mérito — o julgamento pode ser ampliado. Isso ocorre para dar maior legitimidade à decisão e tentar reduzir divergências internas.

Esse é um reflexo direto do art. 942 do CPC, e o TJPR aplica isso com detalhamento, inclusive prevendo nova sustentação oral se necessário.

Art. 228 – Votação de Questões Distintas

Se o julgamento envolve vários temas autônomos, cada um será votado separadamente. Essa abordagem evita decisões “embaladas” num único voto e permite maior precisão — é como dividir uma prova por questões para corrigir com mais justiça.

Art. 229 – Votação entre Opiniões Divergentes

Às vezes, surgem três ou mais posições diferentes durante o julgamento. Para resolver isso, as soluções são votadas “duas a duas”, até que reste uma vencedora. O sistema parece um torneio de mata-mata — e, de fato, o objetivo é justamente encontrar a tese com mais adesão.



Art. 230 – Proclamação da Decisão

Concluída a votação, o Presidente proclama a decisão, que não pode mais ser alterada. Essa formalização confere segurança jurídica, impedindo que um julgamento “volte atrás” sem um recurso formal.

Art. 231 – Encerramento da Sessão

Por fim, um artigo curioso: o julgamento não é interrompido simplesmente porque o expediente chegou ao fim. Ele continua até a conclusão, salvo se for necessário um intervalo. É mais um exemplo de como o Regimento valoriza a completude do julgamento acima de formalidades de horário.

Art. 232 – Ordem das Questões Preliminares

O artigo 232 determina que, antes de qualquer deliberação sobre o mérito, o colegiado deve resolver previamente as chamadas *questões de ordem, preliminares ou prejudiciais*. É como se dissesse: “antes de entrarmos no assunto principal, precisamos conferir se está tudo em ordem com o processo”.

Essas questões, segundo o artigo, devem constar do relatório e devem ser julgadas primeiro — a menos, claro, que sejam incompatíveis com o mérito. Um exemplo disso seria quando a própria análise do mérito torna desnecessária a apreciação da preliminar. Se, por exemplo, o recurso for inadmissível por falta de interesse recursal, discutir o mérito se tornaria inócuo.

O §1º do artigo traz uma lista bastante precisa da ordem preferencial de análise dessas questões. Vai desde a competência do Tribunal até a inconstitucionalidade de lei. Essa enumeração pode parecer burocrática à primeira vista, mas cumpre uma função vital: evita confusão na condução do julgamento e assegura isonomia. Afinal, não dá para julgar o mérito de um recurso que nem deveria estar sendo julgado por aquele colegiado, por exemplo.

É curioso notar que a ordem reflete uma certa lógica processual — começando pelos requisitos formais e caminhando em direção às matérias de fundo.

Art. 233 – Julgamento Unânime e Técnica do Art. 942 do CPC

O artigo 233 trata de uma hipótese bastante prática: quando uma questão preliminar ou prejudicial, como por exemplo a decadência ou a ilegitimidade de parte, for acolhida *por unanimidade*, o julgamento se encerra por ali. Simples e direto.

Agora, se não houver unanimidade, o procedimento muda. A técnica do art. 942 do Código de Processo Civil é acionada — ou seja, mais julgadores são convocados para compor o quórum. Isso amplia o debate e busca uma decisão mais robusta. E, caso o resultado final seja o afastamento da preliminar, volta-se ao julgamento do mérito, com os julgadores inicialmente convocados.

Art. 234 – Precedência do Agravo de Instrumento

Neste artigo, temos uma regra de precedência entre dois tipos de recurso: o agravo de instrumento e a apelação. Se ambos estiverem pautados para a mesma sessão, julga-se primeiro o agravo.



O parágrafo único ainda abre margem para o Relator propor o julgamento conjunto de processos conexos. Uma medida de economia processual que faz todo sentido, principalmente em tribunais sobrecarregados.

Art. 235 – Elementos essenciais do acórdão

O artigo 235 estabelece o modelo-padrão que os acórdãos devem seguir no Tribunal. Em linhas gerais, exceto nos casos administrativos de natureza geral, todo julgamento precisa ser redigido sob a forma de acórdão. E o que deve constar nesse documento? Basicamente, um conjunto de dados identificadores: data da sessão, tipo de julgamento, número do processo, comarca de origem, nomes das partes envolvidas e dos magistrados participantes.

Art. 236 – Quem redige o acórdão?

Este artigo trata da autoria do acórdão e da sua fundamentação. Em geral, o relator deve redigir a decisão, mesmo que algum dos julgadores tenha feito uma ressalva – desde que tal ressalva não altere o resultado final.

Mas e se o relator for vencido? Aqui entra uma dinâmica interessante: o encargo passa ao primeiro julgador que proferiu o voto vencedor. Existe ainda uma possibilidade intermediária: se o relator foi vencido só na questão preliminar ou em uma parte pequena do mérito, ele ainda pode redigir o acórdão, com a devida indicação do ponto vencido.

Art. 237 – Impossibilidade de lavratura pelo relator

Caso o relator, por alguma razão, esteja impedido de redigir o acórdão (afastamento, aposentadoria, entre outros), aplica-se o disposto no art. 54, III, “b”, do próprio Regimento. É uma norma de remissão, que funciona como um plano B. Trata-se de um mecanismo de continuidade administrativa – algo bastante comum em documentos regimentais.

Art. 238 – Voto vencido como parte integrante

O voto vencido não é algo descartável. Pelo contrário: deve constar obrigatoriamente no acórdão, pois tem valor jurídico, inclusive para efeitos de prequestionamento.

Esse detalhe é crucial, especialmente para advogados que desejam provocar a análise da matéria nos tribunais superiores. Se o voto divergente não for registrado formalmente, uma importante linha argumentativa pode se perder.

O §1º reforça esse ponto: se houver mais de um voto vencido, todos devem se manifestar e assinar. O §2º suaviza o rito, permitindo que os demais julgadores apenas concordem com o voto divergente já lançado. E, se alguém estiver impedido de declarar seu voto vencido, cabe ao relator registrar essa situação, conforme prevê o §3º.

Art. 239 – Assinatura dos acórdãos

Na ausência de votos divergentes ou complementares, o acórdão é assinado apenas pelo relator. Isso otimiza o procedimento e evita burocracia desnecessária.



O §1º disciplina um ponto sensível: a ordem de assinatura, nos casos em que mais de um magistrado precisa assinar. É uma maneira de garantir que nenhum atraso decorra de omissão ou desatenção.

Já os §§2º e 3º tratam da prática da assinatura digital – algo absolutamente consolidado na rotina dos tribunais. No TJPR, utiliza-se o Projudi ou outro sistema próprio desenvolvido pela equipe de tecnologia. Aqui, nota-se o esforço do Judiciário paranaense em informatizar seus fluxos, algo que se tornou ainda mais urgente após a pandemia.

Art. 240 – Formatação dos acórdãos

A responsabilidade por definir o modelo de formatação dos acórdãos é do Órgão Especial. Em outras palavras, a padronização editorial dos documentos judiciais passa por um órgão colegiado superior, o que assegura uniformidade, clareza e legibilidade nas decisões.

Art. 241 – Publicação da ementa

Depois que o acórdão é lavrado e registrado, sua ementa precisa ser publicada no Diário da Justiça Eletrônico em até 10 dias. Esse prazo, embora pareça técnico, é essencial para garantir a publicidade e a contagem de prazos processuais.

O parágrafo único traz uma exceção prática: se a intimação for feita por meio eletrônico, a publicação no Diário é dispensada. Isso ilustra a tendência de redução da papelada e do tempo de tramitação, com uso crescente das comunicações digitais.

Art. 242 – Providências em caso de atraso na publicação

Caso o acórdão não seja publicado no prazo de até 30 dias após a sessão, o Presidente do Tribunal deverá adotar medidas previstas no art. 944, parágrafo único, do CPC. Isso demonstra um comprometimento institucional com a celeridade processual. Um acórdão que "dorme na gaveta" por semanas pode causar prejuízos às partes e atrasar todo o sistema.

Art. 243 – Intimações pessoais

Quando há participação do Ministério Público, da Advocacia Pública ou da Defensoria Pública, a intimação deve ser feita pessoalmente. Isso pode ser feito por carga, remessa ou meio eletrônico. É uma forma de reforçar o devido processo legal, assegurando que os órgãos essenciais à Justiça tenham ciência inequívoca das decisões.

Art. 244 – Questões posteriores à publicação

Por fim, o artigo 244 traz uma regra bem pragmática: qualquer questão que surja depois da publicação do acórdão será resolvida pelo relator. Isso evita confusão sobre quem deve decidir pendências e garante uma condução mais estável do processo.

Essa concentração no relator é lógica, pois ele já acompanhou o caso desde o início e está familiarizado com seus detalhes.



LIVRO IV - TÍTULO I - DAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

Art. 245 – Legitimados para propor ADI estadual

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), no plano estadual, é um instrumento de controle concentrado que visa preservar a supremacia da Constituição Estadual. O artigo 245 lista os legitimados para propor essa ação diante de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, inclusive em casos de omissão.

A lista é bastante abrangente: inclui os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo (como o Governador e a Mesa da Assembleia), os procuradores institucionais, representantes municipais (quando a autonomia local é afetada), além de entidades como a OAB, partidos políticos, sindicatos e até mesmo um único Deputado Estadual. Essa diversidade de legitimados reflete a ideia de que a defesa da Constituição não é um monopólio estatal, mas um dever compartilhado por diferentes atores sociais e políticos.

Art. 246 – Requisitos da petição inicial na ADI

Aqui temos o que se espera da petição inicial: ela deve ser precisa e fundamentada. O autor precisa indicar claramente qual norma está sendo impugnada e por quê – ou seja, quais dispositivos da Constituição foram, em sua visão, violados.

O parágrafo único reforça a formalidade do processo, exigindo duas vias da petição e os documentos essenciais. Esse rigor serve para garantir que o Tribunal tenha elementos suficientes para iniciar um juízo sério sobre a constitucionalidade.

Art. 247 – Indeferimento liminar da ADI

Nem toda ADI chega ao julgamento. Se a petição for inepta, sem fundamentação ou manifestamente improcedente, o relator pode indeferi-la de imediato. Essa triagem evita que o Tribunal se ocupe de questões frágeis ou mal formuladas.

A boa notícia, para quem ajuíza a ação, é que há uma salvaguarda: cabe agravo interno contra essa decisão.

Art. 248 – Vedação à desistência da ADI

Este artigo é bastante direto, mas carrega um peso relevante: quem propõe uma ADI não pode desistir depois. E mesmo que o Procurador-Geral de Justiça entenda, ao final, que a ação é improcedente, isso não encerra o processo.

Art. 249 – Pedido de informações

Logo após a propositura, o relator deve pedir informações aos responsáveis pela norma questionada. Trata-se de um rito democrático: o contraditório começa desde cedo, permitindo que o órgão ou autoridade se manifeste no prazo de 30 dias.



Essa etapa é importante porque muitas vezes o conteúdo da norma só é compreendido de forma completa com base em seu contexto de criação.

Art. 250 – Participação de terceiros e audiência pública

O relator pode autorizar que outras entidades ou especialistas se manifestem, especialmente se o tema for relevante e os interessados forem representativos. Essa previsão é moderna e aproxima o processo constitucional da sociedade civil organizada.

Além disso, o artigo admite a realização de audiências públicas, perícias ou coleta de informações adicionais. É como se o processo abrisse espaço para um “debate público qualificado” – algo que é cada vez mais valorizado em temas sensíveis, como saúde, meio ambiente ou políticas públicas.

Art. 251 – Papel da Procuradoria-Geral do Estado

A Procuradoria-Geral do Estado atua, nesse contexto, como uma espécie de guardiã da presunção de legalidade dos atos estatais. Em outras palavras, ela entra no processo não como mera parte interessada, mas como defensora da validade da norma impugnada.

O parágrafo único reforça que essa intervenção deve ocorrer pessoalmente, e no prazo de 15 dias.

Art. 252 – Manifestação do Ministério Público

Após a fase de informações, com ou sem sua efetiva apresentação, o Ministério Público Estadual é chamado a se manifestar. O prazo também é de 15 dias. Essa atuação do MP é indispensável e contribui para o juízo de constitucionalidade, funcionando como fiscal da ordem jurídica.

Art. 253 – Relatório e sustentação oral

Encerradas essas fases, o relator prepara o relatório, que será distribuído aos demais desembargadores, e solicita a inclusão em pauta de julgamento.

Durante o julgamento, há espaço para sustentação oral de todas as partes envolvidas, inclusive dos procuradores e representantes das autoridades questionadas. O tempo de fala é de 15 minutos para cada um. Aqui, é bom lembrar que a sustentação oral, quando bem feita, pode mudar a percepção do colegiado – daí sua importância estratégica.

Art. 254 – Quórum para declaração de inconstitucionalidade

Não basta uma maioria simples para que o Tribunal declare a inconstitucionalidade de uma norma. É exigido o voto da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial. Isso dá mais segurança e estabilidade à decisão.

O parágrafo 1º exige que ao menos 17 desembargadores estejam presentes. Já os parágrafos seguintes tratam da suspensão do julgamento quando a ausência de votos pode influenciar o resultado e da necessidade de que apenas participem do julgamento os magistrados que acompanharam os debates. A lógica é clara: julga quem conhece o processo.



Art. 255 – Comunicação ao Legislativo ou Executivo Municipal

Se o Tribunal reconhecer a inconstitucionalidade, essa decisão deve ser comunicada ao Legislativo (ou à Câmara Municipal) para que providencie a suspensão da norma. Isso assegura que o efeito da decisão seja respeitado na prática – afinal, a decisão judicial não pode ser letra morta.

Art. 256 – Inconstitucionalidade por omissão

Este artigo trata de uma situação muito relevante, embora menos comentada: a omissão legislativa. Quando o Tribunal reconhece que uma norma da Constituição do Estado precisa de regulamentação que nunca veio, a decisão deve ser comunicada ao Poder competente, que terá prazo para agir – 180 dias, se for um ente político; 30 dias, se for entidade administrativa.

A sanção para o descumprimento é a responsabilização, o que revela o peso desse tipo de decisão.

Art. 257 a 260 – Medidas cautelares na ADI

Esses dispositivos disciplinam o pedido de liminar na ADI. Para concedê-la, exige-se maioria absoluta dos membros do Órgão Especial, após audiência das autoridades responsáveis pela norma impugnada, que têm 5 dias para se manifestar. O relator pode ainda ouvir o PGE e o PGJ, por 3 dias.

Há previsão de sustentação oral no julgamento da liminar e, em casos de urgência, o Tribunal pode decidir sem ouvir previamente os órgãos responsáveis – o que mostra que o regimento equilibra a prudência com a necessidade de resposta rápida.

Concedida a liminar, o Tribunal deve publicar a decisão e solicitar as informações, se ainda não o fez. Os efeitos da liminar são, como regra, ex nunc (ou seja, dali em diante), mas podem ser retroativos, se o Tribunal entender necessário.

O art. 260, por fim, prevê a possibilidade de julgamento definitivo da ação já na fase de cautelar, o que pode acelerar o encerramento do processo em situações excepcionais.

Art. 261 – Legitimados para propor a ADC

A Ação Declaratória de Constitucionalidade é, por assim dizer, a “irmã gêmea ao contrário” da ADI. Enquanto a primeira visa declarar a inconstitucionalidade de uma norma, a ADC tem por objetivo afirmar sua conformidade com a Constituição Estadual.

Os legitimados são os mesmos da ADI: Governador, Assembleia Legislativa, Ministério Público, OAB, partidos com representação na Assembleia, entidades sindicais e até um único Deputado Estadual. Isso mostra que tanto para contestar quanto para confirmar uma norma, os canais institucionais são idênticos – e isso é coerente com a função de guarda da Constituição.

Art. 262 – Estrutura da petição inicial na ADC

Aqui o regimento exige que o autor da ação aponte o dispositivo da norma cuja constitucionalidade deseja ver declarada, fundamente seu pedido e, novidade importante, comprove a existência de controvérsia judicial relevante sobre o tema.



Esse último ponto é crucial: a ADC não serve para validar normas pacíficas e sem contestação. Ela é uma resposta institucional quando diferentes juízes ou tribunais começam a divergir sobre a validade de uma norma – gerando, por exemplo, insegurança jurídica para políticas públicas ou contratos. O parágrafo único reitera o rigor formal do processo, exigindo apresentação em duas vias, documentos e instrumento de mandato.

Art. 263 – Indeferimento da petição inicial

Como na ADI, uma petição mal formulada, sem fundamentos ou flagrantemente improcedente será indeferida liminarmente pelo relator. E aqui também há a possibilidade de agravo interno, o que protege o autor contra eventuais decisões monocráticas precipitadas.

Art. 264 – Vedação à desistência

O mesmo princípio que vimos na ADI se aplica aqui: uma vez proposta a ação, não é possível desistir. O objetivo não é proteger o autor da ação, mas garantir que o Tribunal possa resolver a questão de forma definitiva, protegendo o interesse público e a segurança jurídica.

Art. 265 – Aplicação subsidiária das regras da ADI

Este dispositivo funciona como uma espécie de “atalho legislativo”: tudo o que foi previsto na ADI aplica-se, no que couber, à ADC. Isso evita repetições desnecessárias e reforça o caráter simétrico entre essas duas ações.

CAPÍTULO III – DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA

Art. 266 – Oferecimento da denúncia

Nas ações penais de competência originária, quando o acusado ocupa um cargo que exige julgamento direto pelo TJ (como um Deputado Estadual, por exemplo), o procedimento começa com o Ministério Público, que tem 15 dias para oferecer a denúncia ou pedir o arquivamento.

Se houver diligências adicionais, o relator pode autorizá-las, e isso interrompe o prazo – a menos que o acusado esteja preso. Nesse caso, o prazo é de apenas 5 dias, e as diligências só interrompem se a prisão for relaxada. Isso demonstra uma sensibilidade prática: a liberdade do réu impõe urgência ao processo.

Art. 266, §§ 3º a 11 – Instrução e manifestações preliminares

O relator atua como juiz da instrução, com poderes semelhantes aos de um juiz de primeira instância. Ele pode determinar o arquivamento, declarar extinção da punibilidade e deve notificar o acusado para responder à acusação no prazo de 15 dias.

Caso o acusado esteja em local incerto ou crie obstáculos ao cumprimento da diligência, a notificação poderá ser feita por edital, com prazo de 5 dias para comparecimento. Após a apresentação da resposta, o Ministério Público também será ouvido, se necessário.



O relator então pedirá dia para julgamento do recebimento ou rejeição da denúncia. No julgamento, há previsão expressa de sustentação oral tanto para a acusação quanto para a defesa, com duração de 15 minutos. E, como curiosidade, o Presidente pode restringir a presença de pessoas no recinto em nome do interesse público.

Art. 267 – Citação e instrução

Recebida a denúncia, o relator marca o interrogatório e manda citar o acusado. Caso o acusado tenha sido citado por edital e não compareça, o processo será suspenso, assim como o prazo prescricional. Ainda assim, o relator pode autorizar a produção de provas urgentes.

O procedimento de instrução segue as regras do Código de Processo Penal, mas com algumas adaptações: o relator pode delegar atos a outro juiz, permitir intimações por carta registrada e determinar diligências.

Após o interrogatório, vem a fase das alegações escritas – acusação e defesa têm 15 dias cada. Esse modelo busca garantir ampla defesa, mas também celeridade. Um exemplo: o prazo é comum para acusador e assistente, assim como entre corréus, evitando excessiva dilação do processo.

Art. 268 – Sessão de julgamento

Este artigo disciplina o julgamento propriamente dito. O Presidente pode limitar o acesso à sala por razões de segurança ou sigilo. Após o relatório, acusação e defesa têm uma hora cada para sustentação oral. Se houver assistente de acusação, ele terá direito a um quarto do tempo da acusação.

Terminados os debates, o colegiado profere sua decisão. E, se o defensor não comparecer, nomeia-se defensor ad hoc. Se for ação penal privada, o querelante que faltar ou deixar de formular pedido de condenação pode ter sua ação extinta, conforme o Código de Processo Penal.

Arts. 269 a 272 – Ação Rescisória: o remédio contra decisões injustas

A ação rescisória é um tipo de ação que visa desconstituir uma decisão judicial com trânsito em julgado. Em termos simples, é como se disséssemos: "o processo acabou, mas a decisão foi tão grave, tão equivocada, que deve ser desfeita." O Regimento remete, com precisão técnica, à disciplina do Código de Processo Civil (especialmente os artigos 966 e seguintes), mas também estabelece ritos internos.

A petição inicial, por exemplo, deve obedecer aos requisitos do art. 319 do CPC e ser dirigida ao Presidente do Tribunal. Após a distribuição, se for necessário, o autor deve realizar um depósito (art. 968, II, CPC) no prazo de 5 dias.

O relator analisa a petição e pode indeferi-la nos mesmos moldes do indeferimento liminar previsto no art. 330 do CPC. Aqui, cabe agravo interno. Uma vez superada essa fase, o relator pode também examinar pedidos de tutela provisória para suspender os efeitos da decisão rescindenda – o que, na prática, impede que o prejuízo aumente enquanto o Tribunal decide se aquela sentença realmente deve cair.

O julgamento, dependendo do órgão colegiado, segue regras diferentes. Se ocorrer em Câmara Cível e for por maioria, o julgamento será ampliado com base no art. 942 do CPC – algo que garante maior robustez à decisão final. Quando a matéria é julgada nas Seções Cíveis, o quórum de julgamento é



cuidadosamente estruturado para evitar que decidam os mesmos desembargadores que participaram da decisão original, assegurando imparcialidade.

Já o art. 272 deixa claro que, no Órgão Especial, não se aplica a técnica de julgamento ampliado, mesmo quando há decisão não unânime. Essa exceção é coerente com o caráter singular do colegiado máximo do TJPR.

Arts. 273 a 274 – Mandado de Segurança, Mandado de Injunção e Habeas Data: garantias fundamentais

Estes dispositivos cuidam dos remédios constitucionais que visam proteger direitos fundamentais. O Regimento opta por uma regulamentação enxuta, remetendo à legislação específica (como a Lei 12.016/2009, no caso do mandado de segurança), e ao CPC, de forma subsidiária.

O que vale destacar aqui é a simplicidade do procedimento regimental. A distribuição dessas ações observará as normas do Regimento, mas o mérito e o processamento seguem os parâmetros já bem consolidados em lei – o que faz sentido, já que o foco é garantir celeridade e efetividade.

Arts. 275 a 283 – Habeas Corpus

O habeas corpus, por sua vez, é talvez o mais emblemático dos remédios constitucionais. Pode ser impetrado por qualquer pessoa – inclusive sem advogado – e serve para proteger a liberdade de locomoção contra ilegalidades.

O Regimento é bastante cuidadoso: exige que o pedido traga documentos essenciais, a menos que se justifique a impossibilidade de apresentação imediata. O relator pode requisitar informações da autoridade coatora e decidir liminarmente.

É possível, inclusive, que o Tribunal conceda habeas corpus de ofício – ou seja, mesmo sem provocação formal, desde que verifique que alguém está sofrendo coação ilegal.

Outro ponto interessante é que o relator pode pedir que o paciente (a pessoa presa ou ameaçada de prisão) compareça ao julgamento, inclusive para ser ouvido, o que reforça o caráter pessoalíssimo do habeas corpus.

O rito é acelerado: o MP tem 2 dias para se manifestar e o processo é colocado em mesa na primeira sessão útil. Isso é vital – afinal, quando o direito à liberdade está em jogo, a demora processual pode se tornar um verdadeiro suplício.

Arts. 284 a 289 – Revisão Criminal

A revisão criminal é a chance que o condenado tem de reabrir seu caso, mesmo após o trânsito em julgado, se houver erro judiciário. O relator precisa ser um desembargador que não tenha participado do julgamento original – o que assegura imparcialidade. Um revisor também é designado, conferindo ainda mais rigor ao processo.

O pedido pode gerar diligências, como a requisição de autos originais, desde que não dificulte a execução da pena. Se o réu quiser revisar mais de um processo, cada um deve ser analisado separadamente, salvo



se houver conexão. Corréus que tenham sido condenados juntos também terão seus pedidos reunidos, o que evita decisões contraditórias.

Há uma curiosidade importante: se o pedido objetiva anular uma decisão do Tribunal do Júri, o condenado precisa declarar, expressamente, que aceita novo julgamento pelo mesmo júri. Essa regra protege a soberania do Tribunal do Júri, sem eliminar a possibilidade de revisão.

E se o problema não for o conteúdo da decisão, mas o fato de que o processo ignorou regras básicas (como o contraditório)? Nesse caso, o Tribunal simplesmente declara a nulidade e ordena a renovação do processo.

Arts. 290 a 291 – Reclamação

A reclamação tem ganhado destaque nos últimos anos, sobretudo após a consolidação dos precedentes vinculantes no sistema jurídico brasileiro. Esse instrumento é usado para proteger a competência do Tribunal, garantir a autoridade de suas decisões e assegurar a aplicação uniforme da jurisprudência, inclusive dos precedentes do STJ e STF.

A distribuição da reclamação será feita com base na origem do ato reclamado: se busca garantir autoridade de decisão de uma Câmara, ela será distribuída ao mesmo órgão. Se for para aplicar acórdão anterior, vai ao mesmo relator. E se envolver divergência entre Turmas Recursais e jurisprudência superior, o destino é a Turma de Uniformização de Jurisprudência.

LIVRO IV - TÍTULO II - DOS INCIDENTES

Arts. 292 a 297 – Arguição de Inconstitucionalidade: controle difuso qualificado

Quando uma Câmara ou Seção do TJPR, no exercício do chamado **controle difuso de constitucionalidade**, se depara com uma norma que pode ser incompatível com a Constituição Estadual ou Federal, ela não pode simplesmente declará-la inconstitucional de forma isolada. Nesses casos, o art. 97 da Constituição Federal exige que a declaração de inconstitucionalidade só seja feita por voto da maioria absoluta dos membros do tribunal ou do órgão especial.

É exatamente esse o espírito do art. 292 e seguintes. Quando a questão surgir no bojo de um processo, seja por recurso, remessa ou ação originária, o relator submeterá a matéria ao **Órgão Especial**. Inclusive, mesmo que não se declare formalmente a inconstitucionalidade, mas se afaste a aplicação da norma, esse rito deve ser seguido.

Contudo, se a questão já tiver sido decidida pelo STF ou pelo próprio Órgão Especial do TJPR, o incidente não é instaurado – o que evita decisões conflitantes e respeita a hierarquia judicial.

Todo o trâmite é estruturado para assegurar ampla participação: o Ministério Público é ouvido, abre-se prazo para que a entidade autora da norma se manifeste, e há possibilidade de participação de terceiros interessados (os chamados **amicus curiae**).



Uma vez julgada a arguição, a decisão do Órgão Especial vincula os demais órgãos do TJPR e da jurisdição estadual – ainda que, tecnicamente, o controle seja difuso. Aqui, temos um curioso paradoxo: um incidente do controle difuso que produz efeitos parecidos com os do controle concentrado.

Arts. 298 a 305 – IRDR: quando muitos processos precisam de uma única resposta

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) surgiu com o novo Código de Processo Civil como uma tentativa de lidar com um velho problema: milhares de processos idênticos julgados de forma contraditória por diferentes juízes. A proposta é simples e engenhosa: identifica-se a repetição e escolhe-se um processo "modelo" para que o tribunal fixe uma tese, que será aplicada a todos os demais.

O art. 298 detalha os pressupostos para sua instauração: é preciso haver uma efetiva repetição de causas com a mesma questão de direito e risco de violação à isonomia ou à segurança jurídica. Além disso, não pode haver precedente vinculante dos tribunais superiores sobre a matéria.

O incidente pode ser suscitado por qualquer interessado e será distribuído ao órgão competente: Seções Cíveis, Seção Criminal ou Órgão Especial. Caso haja vários incidentes sobre o mesmo tema, eles são reunidos e suspensos, evitando sobreposição de esforços.

Admitido o incidente, o relator poderá requisitar informações, ouvir as partes, abrir prazo para manifestações e até convocar audiência pública. E mais: todos os processos em curso sobre o mesmo tema são suspensos até o julgamento da tese – o que contribui para a uniformidade e celeridade processual.

A decisão final terá força de **precedente vinculante**: juízes e desembargadores da jurisdição do TJPR devem segui-la, inclusive os Juizados Especiais. Isso é reforçado nos §§ do art. 305, que também prevêem o cabimento de reclamação caso o entendimento não seja respeitado.

Em outras palavras, o IRDR tenta transformar uma dificuldade do Judiciário em uma oportunidade de melhorar a sua própria organização decisória. É uma espécie de “solução coletiva para um problema individual”.

Arts. 306 a 308 – IAC: quando o caso é relevante, mas ainda não repetitivo

O Incidente de Assunção de Competência (IAC) se diferencia do IRDR em um ponto fundamental: ele pode ser instaurado mesmo que não haja repetição de processos. A lógica aqui é outra: o caso pode ser **isolado**, mas envolve **questão relevante de direito, com grande impacto social, econômico ou institucional** – e por isso deve ser decidido de forma qualificada.

O IAC pode ser suscitado pelo relator, pelas partes, pelo MP ou pela Defensoria Pública. Uma vez admitido, o julgamento passa do órgão fracionário (Câmara ou Seção) para o Órgão Especial ou para as Seções, conforme a matéria. O Regimento também trata dos casos oriundos dos Juizados Especiais, que serão decididos pelas Turmas de Uniformização.

Após a admissibilidade, o procedimento se assemelha ao IRDR: o relator promove a instrução, convoca audiências públicas se necessário, e o julgamento fixa um entendimento que se transforma em **precedente obrigatório**. Esse entendimento passa a vincular todos os magistrados do TJPR – inclusive dos Juizados Especiais –, como prevê o § 2º do art. 308.



A técnica de julgamento ampliado (art. 942 do CPC) não se aplica aqui, e não cabe recurso das decisões que admitem ou rejeitam a instauração do IAC. Assim como no IRDR, eventual inobservância da tese firmada poderá ensejar reclamação.

Arts. 309 a 312 – Conflitos de Jurisdição, Competência e Atribuições

Em linhas gerais, esse conjunto de normas regula o que acontece quando há **conflito entre juízes ou órgãos do Judiciário** sobre quem deve julgar determinado caso. Pode ser um conflito positivo (dois juízes se dizem competentes) ou negativo (ambos se declaram incompetentes).

Ao ser suscitado o conflito, o relator requisita informações aos envolvidos e, se for o caso, suspende o processo e designa um dos juízes para adotar medidas urgentes – algo que evita danos enquanto se resolve quem deve julgar. O Ministério Público é ouvido, e, se tudo estiver claro, o relator pode decidir com base em precedentes do STF, STJ ou do próprio TJPR.

Importa notar que **a parte não pode suscitar conflito se já tiver alegado incompetência relativa no processo**, pois esse tipo de incompetência pode ser prorrogada ou sanada. No entanto, a outra parte, se ainda não o tiver feito, pode levantar a questão.

Arts. 313 e 314 – Suspensão de Liminares e Sentenças contra o Poder Público

Esses dois artigos preveem a possibilidade de o Presidente do Tribunal suspender **liminares ou sentenças proferidas em primeiro grau**, quando elas colocarem em risco a ordem, a saúde, a segurança ou a economia públicas.

Isso costuma ocorrer em situações sensíveis. Imagine, por exemplo, uma decisão que ordene o bloqueio de verbas destinadas à saúde ou suspenda uma licitação estratégica para o transporte público. Ainda que bem-intencionadas, essas decisões podem causar impacto sistêmico e, por isso, podem ser suspensas preventivamente.

O pedido pode ser feito por uma entidade pública ou pelo Ministério Público, e a suspensão perdura até o fim do processo, a menos que haja decisão expressa em sentido contrário. Caso o Presidente negue o pedido de suspensão, cabe **agravo regimental** ao Órgão Especial.

Arts. 315 a 323 – Suspeição e Impedimento: preservando a imparcialidade

Talvez o mais sensível dos temas tratados: a imparcialidade do julgador. Quando um Desembargador se reconhece suspeito ou impedido, deve declarar isso formalmente. Se for relator ou revisor, os autos são redistribuídos. Se for vogal, o quórum é recomposto seguindo a ordem de antiguidade.

O Regimento prevê um mecanismo de substituição para todas essas hipóteses – inclusive nos casos em que o magistrado substituto (Juiz de Direito Substituto em 2º Grau) esteja impedido. O objetivo é claro: garantir o funcionamento do colegiado sem comprometer a integridade da decisão.

Mas e se o juiz não se declarar impedido ou suspeito? Nesse caso, a parte interessada pode apresentar **exceção de impedimento ou suspeição**, desde que o faça no prazo legal. O magistrado poderá reconhecer o pedido ou apresentar defesa. Se o reconhecimento for negado, o incidente é autuado separadamente e encaminhado ao Presidente do Tribunal.



Durante esse trâmite, **o processo principal pode ser suspenso**, e eventuais medidas urgentes são analisadas por outro magistrado, designado conforme as regras do Regimento. O julgamento do incidente ocorre sem a presença do magistrado arguido, e, caso a suspeição seja reconhecida, a decisão indicará quais atos anteriores são atingidos por nulidade.

Por fim, o Regimento também assegura que essas normas se apliquem, **no que couberem**, aos membros do Ministério Público que atuam junto ao Tribunal – o que reforça a ideia de que o processo deve ser conduzido por agentes isentos, em todos os seus polos.

Arts. 324 a 326 – Incidente de Falsidade

Este incidente é utilizado para questionar a veracidade de um documento presente nos autos. A falsidade pode ser alegada tanto em processos cíveis quanto criminais, e será processada diretamente pelo relator da causa em que foi arguida.

A depender da matéria, o incidente segue diferentes normas: **no cível**, aplicam-se os artigos 430 a 433 do CPC; **no penal**, os artigos 145 a 148 do CPP. No campo criminal, vale uma curiosidade relevante: o incidente pode ser instaurado até mesmo de ofício, ou seja, sem que ninguém o requeira, desde que haja indícios de falsidade.

Se a falsidade for reconhecida, o documento é retirado dos autos e enviado ao Ministério Público, o que pode implicar em sanções futuras. Ainda assim, é importante lembrar que **a decisão no incidente criminal não gera coisa julgada fora do processo**. Já no cível, se a falsidade for o tema central da discussão, aí sim o que se decidir valerá com força de definitividade.

Art. 327 – Habilitação

A habilitação é um instituto que costuma parecer técnico, mas é fundamental em certos contextos. Imagine, por exemplo, que uma das partes faleceu durante um processo. Quem poderá substituí-la? A resposta vem pela via da habilitação, que deve ser requerida ao relator e processada com base nas regras dos arts. 687 e seguintes do CPC. A intenção é garantir continuidade ao feito sem comprometer a legitimidade das decisões.

Arts. 328 e 329 – Exceção da Verdade

Quando alguém é acusado de crime contra a honra — como calúnia —, pode se defender alegando que o que disse é verdadeiro. É o que se chama de "exceção da verdade". Contudo, há limites para isso: nem sempre a veracidade do fato pode ser discutida no processo, especialmente se envolver pessoas protegidas por prerrogativa de foro.

Se o TJPR for competente para julgar a autoridade ofendida (como o governador ou o próprio presidente do tribunal), e se a exceção for admitida, abre-se uma espécie de "subprocesso" em que se analisa se o acusado tem como provar que o que disse é fato.

Se a exceção não for admitida, os autos retornam ao juízo de origem para o prosseguimento da queixa-crime.



Arts. 330 a 332 – Desaforamento

O desaforamento ocorre quando um julgamento pelo Tribunal do Júri é retirado de sua comarca original. A ideia aqui é **garantir um julgamento imparcial e seguro**. Os motivos mais comuns são: o risco à integridade física do réu, o comprometimento da ordem pública ou, ainda, o excesso de prazo para o julgamento sem culpa da defesa.

O pedido pode ser feito pelas partes ou pelo juiz do caso, sempre com audiência do Procurador-Geral de Justiça. E aqui vale uma observação prática: o Tribunal **não precisa escolher a comarca mais próxima**. A escolha deve ser fundamentada, mas há certa liberdade na medida — o importante é a proteção dos princípios da imparcialidade e da segurança.

Arts. 333 a 335 – Medidas Assecuratórias e Tutelas de Urgência

Estes artigos tratam de providências que buscam **preservar direitos em risco** enquanto o julgamento final ainda está distante. No campo penal, as medidas assecuratórias permitem, por exemplo, o bloqueio de bens do réu para futura reparação de danos. No cível, as tutelas de urgência — como as liminares — permitem antecipar efeitos da decisão final, sempre que o perigo da demora for evidente.

Outro ponto importante: quando alguém interpõe um recurso, mas o juiz de primeiro grau não lhe atribui efeito suspensivo, essa parte pode pedir ao Tribunal que suspenda os efeitos da sentença — é o chamado **pedido de efeito suspensivo**. Se esse pedido for feito antes da distribuição do recurso de apelação, ele será distribuído livremente, mas fixará a prevenção do relator.

Essa prevenção é um mecanismo importante de organização do tribunal: serve para evitar que decisões contraditórias sejam proferidas por relatores diferentes no mesmo processo.

LIVRO IV - TÍTULO III - DO PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEDERAL

Art. 336 a 338 – Pedido de Intervenção Federal

A intervenção federal é, por assim dizer, o “último recurso” previsto na Constituição para garantir o funcionamento adequado das instituições. No que diz respeito ao Judiciário estadual, essa medida pode ser solicitada ao STF ou ao STJ quando, por exemplo, autoridades locais estejam impedindo o cumprimento de ordens judiciais — o que, embora raro, não é impossível.

O Regimento prevê que essa solicitação parte do Presidente do TJPR, mas precisa do crivo do Órgão Especial. E esse crivo não é protocolar: o pedido será analisado, podendo ser arquivado (caso infundado), resolvido por vias administrativas ou então formalizado e encaminhado.

O relator do processo coleta informações das autoridades envolvidas e, depois de manifestação do Ministério Público, o pedido é levado a julgamento. Há espaço para sustentação oral, e a decisão exige maioria absoluta do colegiado. É um processo com solenidade compatível com a gravidade da medida.



LIVRO IV - TÍTULO IV - DO PEDIDO DE EXPLICAÇÕES EM JUÍZO

Art. 339 a 343 – Pedido de Explicações em Juízo

Já este instituto, muito mais comum, tem contornos penais. É o famoso “*quero que você explique judicialmente o que quis dizer*” — uma ferramenta prevista no art. 144 do Código Penal, usada em geral como preliminar a ações por calúnia, difamação ou injúria.

O TJPR trata dessa possibilidade com algum filtro. Se a expressão for clara e ofensiva de forma inequívoca, ou se o fato não configurar crime, o pedido é indeferido logo de saída. Agora, se a dúvida for razoável, o relator manda notificar quem proferiu a frase, concedendo-lhe 10 dias para se explicar — pessoalmente ou por advogado com poderes especiais.

Depois disso, o processo não resulta numa decisão judicial de mérito, mas sim no fornecimento das explicações, que serão usadas (ou não) pelo ofendido para eventualmente ingressar com uma ação penal.

Esse instrumento, embora pouco explorado, tem uma função importante no Direito Penal simbólico: ele dá ao ofendido a chance de ouvir do autor do discurso sua intenção, antes de partir para a litigância criminal.

LIVRO IV - TÍTULO V - DAS REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO À FAZENDA PÚBLICA

Art. 344 a 352 – Requisições de Pagamento à Fazenda Pública (Precatórios)

Aqui entramos num universo distinto: o da execução contra o Estado. Quando o Poder Público é condenado judicialmente a pagar alguma quantia, entra em cena o chamado **ofício requisitório**, que pode ser um precatório (para valores maiores) ou uma RPV – requisição de pequeno valor.

O Regimento estabelece que o juízo da execução é quem requisita o pagamento, mas o faz por meio do Presidente do TJ. Essa figura tem papel central em todo o trâmite posterior: recebe o pedido, confere se está tudo certo (inclusive com relação a custas e valores), fixa a data de apresentação e, se tudo estiver correto, dá seguimento à requisição.

Há regras específicas para casos envolvendo o INSS, causas delegadas à Justiça Estadual ou situações em que a Fazenda pública é notificada diretamente (no caso das RPs).

Uma vez expedido o precatório, o Presidente do TJ passa a exercer um papel quase gestor: decide administrativamente sobre valores, cuida da atualização monetária, gerencia os aportes das entidades devedoras, autoriza o sequestro de verbas em casos excepcionais e — antes de qualquer pagamento — exige o recolhimento dos tributos cabíveis.

A revisão dos valores também é tratada com cautela: se o erro for material ou técnico, o Presidente do TJ pode corrigir. Mas se envolver uma escolha judicial de cálculo, só o juiz da execução pode revisar. Em ambos os casos, cabe agravo regimental ao Órgão Especial.

Vale lembrar que, apesar de parecer uma matéria puramente contábil, os precatórios envolvem muita tensão política e orçamentária. Estamos falando de dívidas estatais que, por vezes, arrastam-se por décadas — daí a necessidade de regramento minucioso e atuação rigorosa do Judiciário.

LIVRO IV - TÍTULO VI - DA CORREIÇÃO PARCIAL

Arts. 353 a 356 – Correição Parcial

A correição parcial é, em essência, uma via de correção. Quando um processo está paralisado sem justificativa, ou algum procedimento está sendo conduzido de forma confusa, tumultuada ou até abusiva, a parte prejudicada pode lançar mão dessa medida para “puxar o processo de volta para os trilhos”.

Vale lembrar que ela só pode ser usada se não houver outro recurso previsto em lei — ou seja, é um mecanismo subsidiário. O Regimento a equipara, em termos de rito, ao agravo de instrumento, e permite inclusive a concessão de medidas liminares, caso haja urgência ou risco de prejuízo.

Se, ao final, o órgão julgador verificar que houve excesso passível de punição, pode encaminhar o caso ao Corregedor-Geral da Justiça. Em resumo, trata-se de uma ferramenta para garantir o bom andamento processual e coibir práticas irregulares no curso dos feitos.

LIVRO IV - TÍTULO VII - DOS RECURSOS

Art. 357 a 359 – Processamento e prazos dos recursos

O Regimento começa por afirmar que os recursos cíveis e penais seguirão não só a legislação processual aplicável, mas também as regras específicas estabelecidas no próprio Regimento. Essa diretriz evita conflitos de interpretação e reforça a importância do regimento como fonte normativa complementar.

Um ponto que chama a atenção no parágrafo único do art. 357 é a destinação dos recursos como o agravo interno e os embargos de declaração ao relator original da decisão, mesmo que ele tenha sido removido ou deixado a câmara. Essa previsão garante continuidade e coerência na análise do caso, evitando que o novo julgador precise retomar todo o histórico decisório.

Já o art. 358 trata da eficácia das decisões que concedem efeito suspensivo a recursos ou antecipações de tutela: tais decisões devem ser imediatamente cumpridas pelo juízo de origem, o que evita que o trâmite recursal esvazie sua efetividade.



O art. 359 fixa prazos objetivos: 30 dias para julgamento de recursos cíveis, 10 dias para relator e revisor em recursos criminais, e 5 dias em hipóteses mais urgentes, como agravo de instrumento. Essa distribuição busca equilibrar a razoável duração do processo com a complexidade das matérias analisadas.

Arts. 360 e 361 – Agravo interno e regimental

Ambos os agravos funcionam como instrumentos de revisão interna de decisões monocráticas. O agravo interno (art. 360) é mais comum em matérias cíveis e pode ser interposto contra decisões de relatores, do Presidente e do 1º Vice-Presidente. O agravo regimental (art. 361), por sua vez, tem uso em hipóteses mais específicas previstas no Regimento, e costuma ser utilizado em matéria criminal ou contra decisões administrativas específicas.

Chama a atenção o fato de que o agravo regimental não tem efeito suspensivo automático. Além disso, a sistemática prevê que, caso o prolator da decisão agravada não reconsidere sua posição, o recurso seja levado a julgamento colegiado – o que reforça a ideia de duplo controle.

Arts. 362 a 375 – Recursos para Tribunais Superiores

Esse conjunto de dispositivos é um verdadeiro "manual de admissibilidade" dos recursos especial e extraordinário. Aqui, o 1º Vice-Presidente do Tribunal desempenha papel estratégico, pois é ele quem decide se os recursos merecem ou não ser encaminhados ao STJ ou STF.

A lógica é a seguinte: se a decisão do TJPR estiver de acordo com jurisprudência consolidada (repercussão geral ou recursos repetitivos), o Vice-Presidente poderá negar seguimento. Porém, ele também deve garantir o contraditório e a possibilidade de complementação documental antes de indeferir o recurso (art. 362, §2º).

Outro ponto relevante é o sobrestamento dos recursos idênticos (art. 365), que evita julgamentos conflitantes e permite que o Tribunal Superior fixe uma tese antes de aplicar a todos os casos. É a racionalização da justiça em ação.

Por fim, o Regimento também trata de pedidos de efeito suspensivo (art. 368) e de retratação (art. 372), destacando que, caso o Tribunal reconheça a necessidade de rever o que decidiu, isso deve ocorrer de forma colegiada e fundamentada. Não há lugar, nesse contexto, para decisões apressadas ou unilaterais.

LIVRO IV - TÍTULO VIII - DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Art. 376 – Finalidade da uniformização da jurisprudência

É cada vez mais comum ouvirmos que a jurisprudência deve ser estável, íntegra e coerente. Mas o que isso significa, na prática? De modo direto: o Tribunal precisa dar respostas previsíveis aos jurisdicionados, de forma a evitar decisões contraditórias ou surpreendentes. O art. 376 concretiza esse



compromisso ao prever a edição de súmulas e de teses jurídicas, como forma de consolidar o entendimento dominante sobre determinados temas.

Vale lembrar que essas súmulas não surgem do nada. Elas refletem um padrão de decisões já reiteradamente adotado pelo Tribunal, sendo uma espécie de “cristalização” do que vem sendo entendido como correto. E mais: não apenas os órgãos julgadores, mas também os juízes de primeiro grau devem respeitar os entendimentos firmados pelo Órgão Especial — especialmente nos casos de arguição de inconstitucionalidade, ADIs e ADCs.

Art. 377 – Edição das súmulas

A competência para editar as súmulas é atribuída ao Órgão Especial e às Seções Cíveis e Criminal. Mas há uma exigência expressiva: para ser aprovada, a súmula precisa contar com o voto de dois terços dos integrantes do órgão competente. Essa exigência reforça o caráter coletivo e qualificado da orientação.

Um ponto interessante está no §2º, que autoriza a edição de súmula mesmo em questões administrativas, desde que haja unanimidade dos membros do Tribunal. Imagine, por exemplo, uma questão interna sobre férias de magistrados ou organização de plantões: se houver consenso, pode virar súmula.

Art. 378 – Incidentes como instrumentos de uniformização

Aqui entram dois mecanismos modernos previstos pelo CPC: o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o Incidente de Assunção de Competência (IAC). Ambos têm por objetivo resolver, de forma padronizada, controvérsias que se repetem nos processos ou que tenham grande repercussão.

Funciona assim: quando há muitas ações discutindo o mesmo ponto (por exemplo, cobrança de taxas por concessionárias ou descontos em folha por bancos), o Tribunal pode suspender esses processos e julgar uma “causa-piloto”, estabelecendo um precedente vinculante. Isso evita decisões desencontradas e confere celeridade à Justiça.

Art. 379 – Divulgação dos precedentes e transparência

Não basta julgar bem; é preciso comunicar bem. Por isso, o TJPR deve dar ampla publicidade aos seus precedentes, agrupando-os por temas e divulgando-os na internet. Além disso, deve manter um banco eletrônico com informações atualizadas, inclusive sobre a participação de amici curiae e realização de audiências públicas. Essa política de transparência é fundamental para democratizar o acesso à jurisprudência e reforçar a legitimidade do Judiciário.

Outro ponto de bastidor, mas muito importante: os órgãos julgadores precisam informar o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) sobre as decisões relevantes, como súmulas editadas ou incidentes julgados. O NUGEP funciona como um hub de organização e controle dessas informações.

Art. 380 – Revisão de súmula e de tese jurídica

O Regimento também prevê a possibilidade de revisão das súmulas e teses jurídicas, o que é salutar. Afinal, o Direito não é estático. Mudanças na realidade social, econômica ou tecnológica — para não falar



das mudanças na própria jurisprudência dos Tribunais Superiores — exigem, às vezes, que o Tribunal reveja sua posição.

Essa revisão pode ser provocada por desembargadores, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública (no caso de teses firmadas em IRDRs). E deve seguir o mesmo rigor procedimental da aprovação original, o que garante estabilidade e evita revisões oportunistas ou precipitadas.

Art. 381 – Alterações por força de mudança de jurisprudência superior

Por fim, o art. 381 trata de uma situação específica, mas frequente: quando o STF ou o STJ muda sua orientação dominante. Nesses casos, o TJPR pode rever ou revogar sua própria súmula ou tese jurídica, adotando a nova posição das Cortes Superiores.

É possível, inclusive, que o Tribunal module os efeitos da mudança — ou seja, decida que a nova interpretação só valerá dali em diante, preservando situações jurídicas já consolidadas. Essa técnica de modulação protege a confiança legítima dos jurisdicionados, em nome da segurança jurídica.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



Um ponto do próprio Regimento Interno do TJPR que possui alta chance de ser cobrado em prova é o **Art. 221, que regula a discussão e a ordem de manifestação dos julgadores após o voto do Relator**. Esse artigo se destaca porque trata diretamente da dinâmica prática do julgamento colegiado, um momento sensível e tecnicamente importante no processo judicial. De forma geral, o Regimento estabelece que, uma vez proferido o voto do Relator, abre-se a fase de discussão, na qual os demais julgadores podem se manifestar — com direito a falar duas vezes sobre o assunto e, eventualmente, uma terceira vez para modificar seu próprio voto. Essa previsão reforça o espírito deliberativo dos órgãos colegiados e assegura espaço para a formação de entendimentos mais robustos.

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Esse dispositivo é relevante porque delimita os contornos da atuação dos julgadores e protege a ordem da sessão, o que é essencial para garantir um julgamento técnico, estável e isento de tumultos. Vale lembrar que o §2º do mesmo artigo exige que os magistrados solicitem a palavra ao Presidente e veda apartes, salvo com autorização expressa. Em um concurso, esse tipo de detalhe — a ordem de fala, os limites do debate, a vedação de interrupções — costuma aparecer em questões sobre ritos internos dos tribunais, especialmente quando se quer avaliar o conhecimento do candidato sobre a formalidade e o funcionamento da estrutura colegiada.

QUESTÕES COMENTADAS



1. (NC-UFPR / TJ-PR - 2014) Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta no tocante à composição dos órgãos do Tribunal:

- A) O Tribunal Pleno é constituído pelos cinquenta Desembargadores.
- B) O Órgão Especial é composto de vinte e cinco Desembargadores.
- C) O Conselho da Magistratura é constituído por vinte Desembargadores.
- D) A Seção Cível é integrada por vinte e cinco Desembargadores.

Comentários:

A alternativa correta é a B, pois, de acordo com o Regimento Interno do TJPR, o Órgão Especial é, de fato, composto por 25 Desembargadores. A alternativa A está incorreta, pois o número total de Desembargadores pode variar e não é fixado em 50. A C também está errada, pois o Conselho da Magistratura tem composição mais restrita. A D incorre em erro ao atribuir composição equivocada à Seção Cível, que é formada por Desembargadores distribuídos conforme a especialização de suas Câmaras e não possui número fixo de 25 membros.

Gabarito: B

2. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () O Presidente do Tribunal de Justiça é o chefe do Poder Judiciário.
- () O Órgão Especial do Tribunal de Justiça é composto de Juízes de Direito e Desembargadores.
- () Compete ao Corregedor-Geral da Justiça receber e processar reclamações contra Juízes.
- () O Tribunal Pleno é constituído pelos vinte e cinco membros mais antigos do Tribunal de Justiça.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.



- A) V – F – V – F
- B) F – V – F – V
- C) V – V – F – F
- D) F – F – V – V

Comentários:

A primeira afirmação é verdadeira: o Presidente do TJPR é o chefe do Poder Judiciário no âmbito estadual. A segunda é falsa, pois o Órgão Especial é composto exclusivamente por Desembargadores. A terceira é verdadeira, pois essa é uma das atribuições do Corregedor-Geral da Justiça. A quarta é falsa, porque o Tribunal Pleno é composto por todos os Desembargadores do Tribunal, e não apenas os 25 mais antigos.

Gabarito: A

3. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Acerca das requisições de pagamento, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- () O juízo da execução requisitará ao Presidente do Tribunal, mediante precatório, o pagamento das importâncias devidas pelas Fazendas Públicas em virtude de decisões judiciais, excetuadas as correspondentes a obrigações de pequeno valor definidas em lei.
- () Deferido o precatório, o Presidente expedirá requisição da quantia necessária ao pagamento do débito judicial, endereçada ao ordenador de despesa da entidade de direito público devedora, comunicando o fato ao Juízo requisitante.
- () Será obrigatória a inclusão, no orçamento da entidade de direito público devedora, relativamente a precatório deferido e requisitado no Tribunal de Justiça, quando apresentada a requisição no ente devedor até 31 de dezembro.
- () Caberá ao Corregedor-Geral da Justiça, a requerimento do credor preterido em seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário ao pagamento do precatório, autorizar o sequestro de quantia necessária à satisfação do débito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- A) V – F – V – F
- B) F – V – F – V
- C) V – V – F – F
- D) F – F – V – V

Comentários:

A primeira e a segunda afirmativas estão corretas e refletem o procedimento legal e regimental para requisição de precatórios. A terceira é falsa, pois a obrigação de incluir no orçamento se vincula ao regime constitucional de precatórios, mas o prazo correto para apresentação é até 1º de julho, conforme jurisprudência e prática orçamentária, não 31 de dezembro. A quarta está incorreta, pois quem pode autorizar o sequestro de valores é o Presidente do Tribunal, e não o Corregedor-Geral.

Gabarito: C

4. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Acerca dos processos incidentes no Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.



- A) O Desembargador ou o Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau que se considerar suspeito ou impedido fará a declaração em ofício dirigido ao Corregedor-Geral da Justiça.
- B) Para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá pedido de correção parcial pela parte interessada ou pelo Ministério Público.
- C) Poderá o Presidente do Tribunal, a requerimento de qualquer interessado, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar nas ações movidas contra o Poder Público.
- D) O Relator poderá determinar o sobrestamento do processo quando o julgamento depender, em outra causa, de questão prejudicial externa.

Comentários:

A alternativa correta é a D. O Relator possui poderes para sobrestar o processo quando houver questão prejudicial externa pendente em outro julgamento, visando à segurança jurídica. A alternativa A é errada, pois a declaração de impedimento ou suspeição é dirigida ao Presidente do órgão julgador ou é feita nos autos. A B erra ao usar o termo "correção parcial" fora do contexto adequado — esse remédio não serve para preservar competência ou autoridade de decisões. A C está equivocada porque essa atribuição não pode ser exercida livremente por qualquer interessado e depende de outros requisitos legais.

Gabarito: D

5. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Acerca dos atos e dos termos do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- A) Os acórdãos são reservados às decisões tomadas na função jurisdicional.
- B) Constarão de decretos judiciais as decisões do Órgão Especial sobre propostas de lei de sua iniciativa.
- C) O provimento é ato de caráter normativo, a expedir-se como regulamentação geral da Corregedoria da Justiça, tendo a finalidade de esclarecer e orientar quanto à aplicação de dispositivos de lei.
- D) Os atos da competência do Presidente relativos à movimentação de magistrados, investidas e exercício funcional dos servidores do Poder Judiciário serão consignados em forma de resoluções.

Comentários:

A alternativa correta é a C, pois o provimento, de fato, é um ato normativo expedido pela Corregedoria-Geral da Justiça, com função orientadora e regulamentar. A alternativa A está incompleta e imprecisa. A B está incorreta, pois decretos judiciais não tratam de propostas legislativas. A D também está errada: os atos de movimentação funcional são, em regra, formalizados por decretos judiciais, e não resoluções.

Gabarito: C

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.



São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual é a regra prevista no Regimento Interno do TJPR quanto à possibilidade de os Desembargadores pedirem esclarecimentos durante o julgamento?
2. Em que situações é possível pedir vista dos autos e qual o prazo regimental?
3. O que acontece se os autos não forem devolvidos no prazo previsto para vista?
4. Como o Regimento trata o direito à sustentação oral se o substituto convocado não assistiu aos debates?
5. O que ocorre quando há necessidade de produção de provas ou constatação de vício sanável durante o julgamento?
6. Qual é o procedimento se for constatado fato superveniente à decisão recorrida durante a sessão?
7. Qual a ordem de fala no julgamento após a sustentação oral?
8. Quantas vezes um julgador pode se manifestar durante a discussão?
9. Como se organiza a ordem de votação dos julgadores?
10. Um julgador pode participar do julgamento sem ter assistido ao relatório?
11. Quais são os principais instrumentos utilizados pelo TJPR para uniformizar a jurisprudência e garantir sua estabilidade?
12. Qual é o quórum necessário para a aprovação de uma súmula no âmbito do TJPR?
13. Em que situações pode ser editada uma súmula administrativa no TJPR?
14. O que diferencia o IRDR do IAC quanto à sua finalidade?
15. Quais órgãos do TJPR são obrigados a observar as teses firmadas em incidentes de inconstitucionalidade?
16. O que acontece se a jurisprudência do STF ou do STJ sofrer alteração significativa?
17. Como se dá a publicidade dos precedentes no TJPR?
18. Quem pode propor a revisão de uma súmula no TJPR?



19. Que tipo de informações devem constar no cadastro eletrônico mantido pelo TJPR sobre os precedentes?
20. Em que situações a revisão de uma súmula poderá ocorrer automaticamente?

Perguntas com respostas

1. Qual é a regra prevista no Regimento Interno do TJPR quanto à possibilidade de os Desembargadores pedirem esclarecimentos durante o julgamento?

Resposta: O art. 216 permite que, em qualquer fase do julgamento posterior ao relatório ou à sustentação oral, os Desembargadores solicitem esclarecimentos sobre fatos ou circunstâncias pertinentes à matéria em debate.

2. Em que situações é possível pedir vista dos autos e qual o prazo regimental?

Resposta: Segundo o art. 217, qualquer integrante do órgão colegiado pode pedir vista dos autos até a sessão seguinte, ou no prazo legal de 10 dias, com nova inclusão em pauta mediante publicação.

3. O que acontece se os autos não forem devolvidos no prazo previsto para vista?

Resposta: De acordo com o §3º do art. 217, o presidente requisitará os autos para julgamento na sessão seguinte e convocará um substituto para proferir o voto, caso o julgador original ainda não se sinta apto.

4. Como o Regimento trata o direito à sustentação oral se o substituto convocado não assistiu aos debates?

Resposta: O §6º do art. 217 assegura às partes e interessados o direito de renovar a sustentação oral anteriormente realizada.

5. O que ocorre quando há necessidade de produção de provas ou constatação de vício sanável durante o julgamento?

Resposta: Conforme o art. 218, o órgão julgador pode determinar diligências ou suspender o julgamento para sanear o vício e retomar o processo posteriormente.

6. Qual é o procedimento se for constatado fato superveniente à decisão recorrida durante a sessão?

Resposta: O art. 219 prevê a suspensão do julgamento para que as partes se manifestem em 5 dias, salvo se os procuradores estiverem presentes e aceitarem se manifestar de imediato.

7. Qual a ordem de fala no julgamento após a sustentação oral?

Resposta: Pelo art. 220, o Presidente dá a palavra ao Relator, que vota sem interrupções ou apartes.



8. Quantas vezes um julgador pode se manifestar durante a discussão?

Resposta: O art. 221, §1º, permite duas manifestações por julgador, além de uma terceira para eventual modificação do voto.

9. Como se organiza a ordem de votação dos julgadores?

Resposta: Segundo o art. 222, os votos são tomados em ordem decrescente de antiguidade em relação ao Relator.

10. Um julgador pode participar do julgamento sem ter assistido ao relatório?

Resposta: Sim, desde que manifeste estar habilitado a votar, conforme prevê o art. 222, §2º.

11. Quais são os principais instrumentos utilizados pelo TJPR para uniformizar a jurisprudência e garantir sua estabilidade?

Resposta: Os principais instrumentos são as súmulas, os enunciados de teses jurídicas firmadas em Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e em Incidentes de Assunção de Competência (IAC).

12. Qual é o quórum necessário para a aprovação de uma súmula no âmbito do TJPR?

Resposta: É exigido o voto favorável de dois terços dos integrantes do órgão competente para a edição da súmula, seja o Órgão Especial ou as Seções Cíveis e Criminal.

13. Em que situações pode ser editada uma súmula administrativa no TJPR?

Resposta: Quando a tese jurídica for aprovada por unanimidade dos membros efetivos do Tribunal em julgamento de questões administrativas.

14. O que diferencia o IRDR do IAC quanto à sua finalidade?

Resposta: O IRDR visa resolver controvérsias repetitivas com grande número de ações, enquanto o IAC trata de temas relevantes e com potencial de causar insegurança jurídica, ainda que não haja repetição de demandas.

15. Quais órgãos do TJPR são obrigados a observar as teses firmadas em incidentes de inconstitucionalidade?

Resposta: Todos os juízes e órgãos fracionários do Tribunal devem seguir as orientações do Órgão Especial firmadas nesses incidentes.

16. O que acontece se a jurisprudência do STF ou do STJ sofrer alteração significativa?

Resposta: O TJPR poderá revisar ou revogar suas súmulas e teses jurídicas, inclusive aplicando modulação dos efeitos, quando necessário para garantir segurança jurídica.



17. Como se dá a publicidade dos precedentes no TJPR?

Resposta: Por meio da divulgação na internet, organização por temas jurídicos, publicação no Diário da Justiça Eletrônico e comunicação ao CNJ via NUGEP.

18. Quem pode propor a revisão de uma súmula no TJPR?

Resposta: Um desembargador integrante do Tribunal; no caso de teses jurídicas firmadas em IRDR, também o Ministério Público ou a Defensoria Pública.

19. Que tipo de informações devem constar no cadastro eletrônico mantido pelo TJPR sobre os precedentes?

Resposta: Informações sobre amicus curiae, audiências públicas, decisões de admissibilidade e mérito, além de dados atualizados sobre cada incidente.

20. Em que situações a revisão de uma súmula poderá ocorrer automaticamente?

Resposta: Quando houver incompatibilidade com jurisprudência dominante do STF ou do STJ, tornando necessária sua revogação ou modificação.

LISTA DE QUESTÕES

1. (NC-UFPR / TJ-PR - 2014) Conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta no tocante à composição dos órgãos do Tribunal:

- a) O Tribunal Pleno é constituído pelos cinquenta Desembargadores.
- b) O Órgão Especial é composto de vinte e cinco Desembargadores.
- c) O Conselho da Magistratura é constituído por vinte Desembargadores.
- d) A Seção Cível é integrada por vinte e cinco Desembargadores.

2. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

() O Presidente do Tribunal de Justiça é o chefe do Poder Judiciário. () O Órgão Especial do Tribunal de Justiça é composto de Juizes de Direito e Desembargadores. () Compete ao



Corregedor-Geral da Justiça receber e processar reclamações contra Juízes. () O Tribunal Pleno é constituído pelos vinte e cinco membros mais antigos do Tribunal de Justiça. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – F – F.
- d) F – F – V – V.

3. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Acerca das requisições de pagamento, identifique como verdadeiras (V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

() O juízo da execução requisitará ao Presidente do Tribunal, mediante precatório, o pagamento das importâncias devidas pelas Fazendas Públicas em virtude de decisões judiciais, excetuadas as correspondentes a obrigações de pequeno valor definidas em lei.

() Deferido o precatório, o Presidente expedirá requisição da quantia necessária ao pagamento do débito judicial, endereçada ao ordenador de despesa da entidade de direito público devedora, comunicando o fato ao Juízo requisitante.

() Será obrigatória a inclusão, no orçamento da entidade de direito público devedora, relativamente a precatório deferido e requisitado no Tribunal de Justiça, quando apresentada a requisição no ente devedor até 31 de dezembro.

() Caberá ao Corregedor-Geral da Justiça, a requerimento do credor preterido em seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário ao pagamento do precatório, autorizar o sequestro de quantia necessária à satisfação do débito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – F – F.
- d) F – F – V – V.



4. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Acerca dos processos incidentes no Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) O Desembargador ou o Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau que se considerar suspeito ou impedido fará a declaração em ofício dirigido ao Corregedor-Geral da Justiça.
- b) Para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá pedido de correição parcial pela parte interessada ou pelo Ministério Público.
- c) Poderá o Presidente do Tribunal, a requerimento de qualquer interessado, suspender, em decisão fundamentada, a execução de liminar nas ações movidas contra o Poder Público.
- d) O Relator poderá determinar o sobrestamento do processo quando o julgamento depender, em outra causa, de questão prejudicial externa.

5. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Acerca dos atos e dos termos do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) Os acórdãos são reservados às decisões tomadas na função jurisdicional.
- b) Constarão de decretos judiciais as decisões do Órgão Especial sobre propostas de lei de sua iniciativa.
- c) O provimento é ato de caráter normativo, a expedir-se como regulamentação geral da Corregedoria da Justiça, tendo a finalidade de esclarecer e orientar quanto à aplicação de dispositivos de lei.
- d) Os atos da competência do Presidente relativos à movimentação de magistrados, investiduras e exercício funcional dos servidores do Poder Judiciário serão consignados em forma de resoluções.

Gabaritos:

- 1. B
- 2. A



3. C

4. D

5. C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.